

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

DORIAN ISABEL SANTOS AZEVEDO

A ORGANIZAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO: uma análise a partir da experiência do Comitê da Praça das Árvores no Complexo COHAB-COHATRAC em São Luís do Maranhão

São Luís

DORIAN ISABEL SANTOS AZEVEDO

A ORGANIZAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO: uma análise a partir da
experiência do Comitê da Praça das Árvores no Complexo COHAB-COHATRAC em
São Luís do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Miranda Areco

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

São Luís

2023

Azevedo, Dorian Isabel Santos.

A organização popular do espaço público: uma análise a partir da experiência do Comitê da Praça das Árvores no complexo COHAB-COHATRAC em São Luís do Maranhão / Dorian Isabel Santos Azevedo. - São Luís, 2023.

118 f.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Sabrina Miranda Areco.

1. Praça - Apropriações. 2 Movimentos sociais. 3. Espaço público - Usos. 4. Comitê popular. I. Título.

CDU: 712.254:316.334.56

Elaborado por Betânia Lúcia Fontinele Lopes- CRB 13/233

DORIAN ISABEL SANTOS AZEVEDO

A ORGANIZAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO: uma análise a partir da experiência do Comitê da Praça das Árvores no Complexo COHAB-COHATRAC em São Luís do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



SABRINA MIRANDA ARECO

Data: 30/11/2023 15:38:51-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Sabrina Miranda Areco (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente



ED WILSON FERREIRA ARAUJO

Data: 25/11/2023 21:56:57-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Ed Wilson Ferreira Araújo
Universidade Federal do Maranhão

Documento assinado digitalmente



BRAULIO ROBERTO DE CASTRO LOUREIRO

Data: 01/12/2023 18:50:44-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro
Universidade Estadual do Maranhão

A Luís Fernando, Talia, Thaliana, Lorena,
Luís Fernando Neto e Luna, com meu
eterno amor.

AGRADECIMENTOS

A minha existência, perseverança, coragem e dedicação em toda essa trajetória de estudo agradeço e louvo a Deus.

Escrever um trabalho acadêmico não é um processo individual, posto que existem muitas pessoas com as quais dialogamos. Nesse caminho, muitas delas tiveram um papel relevante e merecem meu profundo agradecimento.

Começo agradecendo aos meus saudosos pais, *in memoriam*, Raimundo Nonato Costa Santos e Leovergilia Moreira Santos, pelos valores éticos ensinados.

Aos meus queridos irmãos, especialmente à minha irmã e companheira Dulcilene, por toda dedicação para comigo.

Às minhas amadas filhas, Talia e Thaliana, pelas horas e horas divididas com o computador, pela ausência em tantos momentos, agradeço pela compreensão e apoio nesse longo processo. Vocês são a razão da minha existência até hoje.

Luís Fernando, qualquer agradecimento não dá conta de expressar o incentivo e apoio tão necessário nessa jornada, em especial pela presença constante, seu amor e companheirismo foram fundamentais nessa caminhada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sabrina Miranda Areco, pelo carinho, por ter acreditado na minha capacidade para a realização desta pesquisa, pelas conversas e por cada observação dada.

Um agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR-UEMA), notadamente a Bráulio, Davi e Zulene pelo acolhimento, incentivo e contribuições nessa jornada.

Agradeço aos meus amigos da luta comunitária do Complexo COHAB-COHATRAC, especialmente ao Comitê da Praça das Árvores, chão de aprendizagens coletivas.

Agradeço aos amigos que me ajudaram de alguma forma na construção deste trabalho. Um agradecimento especial ao companheiro de movimentos sociais e entusiasta Camilo da Rocha Filho, a quem reitero gratidão pelas conversas, debates e material para a pesquisa.

Minha gratidão a Deus pela amizade, companheirismo e por todo o suporte do meu genro Paulo Eduardo Santos Oliveira na construção desta dissertação — uma presença fundamental.

Aos amigos da turma do mestrado do PPDSR-UEMA, por compartilharem momentos importantes dessa jornada em minha vida.

Enfim, a todos e todas pelas contribuições durante a realização deste trabalho.

Encerro dedicando esta dissertação aos amores da minha vida: Lorena, Luis Neto e Luna Llena. Meus netos amados, *“porque se chamavam homens também se chamavam sonhos, e sonhos não envelhecem...”*.

“Uma vivência, algo pelo qual simplesmente eu passei, eu atravesssei, ou algo que me aconteceu, ela não é nada se não puder ser transformada em alguma narrativa compartilhável e transmissível ao grupo ao qual pertenço. É a transmissão, é o compartilhar, que transforma a vivência em experiência”.

Walter Benjamin

RESUMO

A utilização do espaço público envolve uma complexidade de percepções que vão para além da dimensão urbanística e perpassam pela construção de relações sociais e políticas. Nessa perspectiva, desenvolveu-se um estudo sobre a organização popular do espaço público: uma análise a partir da experiência do comitê da praça das árvores no complexo Cohab-Cohatrac em São Luís do Maranhão, com o objetivo de analisar a dinâmica de atuação constituída no espaço público livre organizado a partir da experiência do Comitê da Praça das Árvores no Complexo COHAB-COHATRAC, como os usos e apropriações coletivas no chão da praça, concebida como lugar de múltiplas significações que redesenham esse espaço urbano, posto que a praça é lugar de contradições e antagonismos. Para isso, utilizou-se a metodologia pesquisa bibliográfica, combinada com pesquisa de campo por meio de observação participante, registros fotográficos, análise documental e depoimentos dos seus “usadores”. O referido estudo abordou a temática a partir da experiência do processo de construção do Comitê da Praça das Árvores após a qualificação urbanística, que suscitou questionamentos sobre as implicações do processo de institucionalização do referido comitê na autonomia política e comunitária, apontados na dinâmica do usufruto no cotidiano desse cenário urbano sociocomunitário. Este estudo tomou como aporte teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético de perspectiva marxista. Como resultado da pesquisa constatou-se que as intervenções institucionais são impactadas pela ação comunitária na produção do urbano, ou ainda, como essas ações impactam na autonomia do comitê popular.

Palavras-chave: praça; usos; apropriações; espaço público; urbano; usadores; usufruto; cidade.

ABSTRACT

The use of public space involves a complexity of perceptions that go beyond the urban dimension and permeate the construction of social and political relationships. From this perspective, a study was developed on the popular organization of public space: an analysis based on the experience of the tree square committee in the Cohab-Cohatrak complex in São Luís do Maranhão, with the aim of analyzing the dynamics of action constituted in the free public space organized based on the experience of the Praça das Árvores Committee in the COHAB-COHATRAC Complex, such as the collective uses and appropriations on the floor of the square, conceived as a place of multiple meanings that redesign this urban space, since the square is a place of contradictions and antagonisms. For this, the bibliographical research methodology was used, combined with field research through participant observation, photographic records, documentary analysis and testimonials from its “users”. The aforementioned study approached the theme based on the experience of the construction process of the Praça das Árvores Committee after the urban planning qualification, which raised questions about the implications of the institutionalization process of the aforementioned committee on political and community autonomy, pointed out in the dynamics of usufruct in the everyday life in this urban socio-community scenario. This study took historical and dialectical materialism from a Marxist perspective as its theoretical-methodological contribution. As a result of the research, it was found that institutional interventions are impacted by community action in urban production, or even how these actions impact the autonomy of the popular committee.

.

Keywords: square; uses; appropriations; public place; urban; users; usufruct; city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Registro imagético de uma das primeiras reuniões do Comitê popular gestor da <i>Praça das Árvores</i>	24
Figura 2	Registro fotográfico de encontros no “chão de praça”.....	25
Figura 3	Registro fotográfico de encontros no “chão de praça”.....	26
Figura 4	Municípios integrantes da RMGSL, segundo a LCE no 38/1998..	27
Quadro 1	Urbanização em São Luís: períodos para análise.....	29
Figura 5	Mapa da Ilha de São Luís de 1974: a localização do Centro Histórico e o traçado sobre o território das avenidas propostas pelo Plano de Expansão de 1950.....	30
Figura 6	Mapa de São Luís-MA com o estuário dos rios Anil e Bacanga desmarcados.....	34
Figura 7	Mapa dos conjuntos Cohab Anil I, II, III, IV e COHATRAC I, II, III, IV e V.....	35
Quadro 2	Urbanização em São Luís: períodos para análise.....	37
Figura 8	COHATRAC I, II, III, IV e V.....	38
Figura 9	COHATRAC I, II, III, IV e V.....	39
Figura 10	A Praça das Árvores como um cinturão verde preservado em meio ao concreto da paisagem urbana do Complexo COHAB-COHATRAC entregue à comunidade pela prefeitura em 2014 após primeira requalificação.....	44
Figura 11	Foto panorâmica da Praça das Árvores entregue à comunidade pela prefeitura em 2014 após primeira requalificação.....	44
Figura 12	Reunião do Comitê da Praça das Árvores.....	46
Figura 13	Atividade Cultural(canto-coral) realizada no chão da Praça das Árvores.....	51
Figura 14	Jardinagem Pedagógica com moradores(membros do Comitê da Praça das Árvores e grupo de adolescentes escoteiros).....	52
Figura 15	Jardinagem Pedagógica com moradores(membros do Comitê da Praça das Árvores e crianças de escolas adjacentes à Praça das Árvores).....	52

Figura 16	Rotina Jardinagem Pedagógica entre moradores membros do Comitê da Praça das Árvores.....	53
Figura 17	Atividade Ciência no chão da Praça das Árvores. Roda de Conversa com a Profa. Dra. Terezinha Rego- UFMA.....	53
Figura 18	Recital de cordel em evento “Noite Caipira” no chão da Praça das Árvores.....	54
Figura 19	Roda de leitura e contação de histórias no chão da Praça das Árvores.....	54
Figura 20	Oficina de brinquedos matemáticos de recicláveis no chão da Praça das Árvores.....	55
Figura 21	Performance teatral ‘Menino do dedo verde’ – atividade do Empório social: Mundo Infantil no chão da Praça das Árvores....	55
Figura 22	Plantio e compostagem no chão da Praça das Árvores.....	55
Figura 23	Oficina de permacultura no chão da Praça das Árvores.....	56
Figura 24	Oficina de grafite no chão da Praça das Árvores.....	56
Figura 25	Feira de artesanato no chão da Praça das Árvores.....	56
Figura 26	Mutirão no chão da Praça das Árvores.....	57
Figura 27	Maquinário da prefeitura de São Luís durante o processo de demolição da Praça das Árvores para a “Requalificação”. Ao fundo braço mecânico retira um dos bancos ainda em bom estado de conservação.....	64
Figura 28	“Containers” da prefeitura de São Luís durante o processo de demolição do piso da Praça das Árvores para a “Requalificação”.....	64
Figura 29	A Requalificação da Praça das Árvores pela prefeitura removeu os canteiros plantados e cuidados pelos moradores do entorno da praça e pelo Comitê.....	65
Figura 30	Moradora e membro do Comitê da Praça das Árvores perplexa com o cenário de destruição na Praça das Árvores.....	65
Figura 31	Cenário dos severos impactos ambientais na Praça das Árvores durante o processo de “requalificação”.....	65

Quadro 3	Inventário patrimonial realizado em 2020 pelo Comitê da Praça das Árvores antes da segunda intervenção da prefeitura de São Luís.....	66
Figura 32	Planta baixa da “Nova” Praça das Árvores, apresentada pela prefeitura de São Luís ao Comitê de Praça em 2020.....	67
Figura 33	Reunião Virtual do Comitê da Praça das Árvores durante a Pandemia de COVID-19.....	68
Figura 34	À esquerda-Mutirão de limpeza do terreno baldio para o funcionamento do Comitê da Praça Manoel Júnior na COHAB ANIL II, Avenida IV; à direita – atividade de contação de histórias.....	69
Figura 35	Primeiro Almoço Comunitário do Comitê da Praça Manoel Júnior no Conjunto COHAB-ANIL II.....	74
Figura 36	Foto panorâmica da Praça Verão organizada em comitê.....	75
Figura 37	Reunião de formação do comitê das Praças IV e V na COHAB Anil I.....	75
Figura 38	Atividades ecológicas do Fórum da APA do Itapiracó.....	76
Figura 39	Lançamento do Fórum Comunitário do Complexo COHAB-COHATRAC.....	77
Figura 40	Mosaico- Registros da ação do Comitê da Praça das Árvores no movimento “Jardim Calçada Verde”.....	78
Figura 41	Criação do Comitê da Praça da Caixa D’água da COHAMA.....	79
Figura 42	Relação de consumo no uso do espaço público :o Chão da Praça das Árvores como mercadoria.....	80
Figura 43	Piso desgastado e canteiros destruídos pela ação antrópica no contexto da ocupação dos Foodtruks na Praça das Árvores.....	80
Figura 44	17 “Trailers” perfilados no contorno da Praça das Árvores.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BNH	Banco Nacional de Habitação
COHATRAC	Conjunto Habitacional dos Trabalhadores do Comércio
CSU	Centro Social Urbano
FAI	Fórum da APA do Itapiracó
FOCCO	Fórum Comunitário do Complexo COHAB-COHATRAC
IMPUR	Instituto Municipal da Paisagem Urbana
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
PGC	Projeto Grande Carajás
PNCCPM	Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio
PNSCSU	Plano Nacional de Centros Sociais Urbanos
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A PRAÇA DAS ÁRVORES NO COMPLEXO COHAB-COHATRAC EM SÃO LUÍS.....	22
2.1	A Praça das Árvores: contexto urbano.....	22
2.2	A Praça das Árvores no traçado urbano da ilha de São Luís.....	26
2.3	Do habitar: um panorama sobre a formação do complexo COHAB-COHATRAC.....	33
3	O COMITÊ QUE NASCE NO CHÃO FÉRTIL DA PRAÇA DAS ÁRVORES.....	42
3.1	Chão fértil: a gênese e constituição do comitê da <i>Praça das Árvores</i>.....	42
3.2	A construção do comum no chão da Praça das Árvores: o comitê como instrumento de ação e ativismo comunitário.....	48
3.3	Ativismo e Mobilização: espaço pelas mãos dos sujeitos e as relações sociais brotadas no chão da Praça das Árvores.....	59
4	LIMITES E CONQUISTAS DA EXPERIÊNCIA DOS COMITÊ: UM “MOVIMENTO” EM MOVIMENTO.....	63
4.1	“Caminhanças”: quando a praça sai do chão.....	63
4.2	Os caminhanças: perfil dos usuários e usadores da praça.....	79
4.3	Entre o presente e o futuro: desafios e perspectivas do comitê da Praça das Árvores.....	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	91
	ANEXOS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho preocupou-se em pesquisar a dinâmica da formação e atuação do Comitê da Praça das Árvores no complexo COHAB-COHATRAC¹, em São Luís do Maranhão, como instrumento de organização popular, participação e gestão coletiva enquanto agente possibilitador da construção de novas sociabilidades. Nesse sentido, impôs inscrevê-lo como fenômeno social que compreende as relações diversas e que esse espaço público urbano chamado de praça possibilita. Portanto, a presente pesquisa caracteriza-se como básica e exploratória, cujo percurso foi feito a partir da perspectiva teórico-metodológica marxista, centrado no materialismo histórico e dialético referenciado por Marx, Santos, Lefebvre, Rolnik, Castells e outros teóricos.

As questões surgidas no íterim da pesquisa foram discutidas baseando-se nos estudos dos referidos teóricos. Em seguida, a partir da análise de exemplo concreto do Comitê da Praça das Árvores, como espaço público dinâmico no complexo COHAB-COHATRAC, objetivamos uma aplicação empírica dos conceitos discutidos, buscando evidenciar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação desses espaços urbanos nos diversificados contextos. Os materiais utilizados para os levantamentos de informações foram: questionários, análises de documentos oficiais, relatos orais, leituras bibliográficas acerca de organização e movimentos populares e referenciais teóricos sobre espaço público.

Sendo este estudo de natureza qualitativa, porque atua de modo a tratar os fatos da realidade em questão, visamos conhecer as opiniões, percepções e expectativas explicitando as informações colhidas, de forma que expressa a vinculação com a abordagem teórica. É também uma pesquisa exploratória de campo. Escolhemos ainda trabalhar com o método roda de conversa, por ser de ressonância coletiva, que consiste na criação de espaços dialógicos, nos quais os usuários dos espaços públicos, do Comitê da Praça das Árvores, possam se expressar.

A escolha por essa ferramenta de intervenção se justifica para a viabilização de um espaço de escuta e trocas de experiências a fim de que os sujeitos possam

¹ O termo “complexo”, aqui utilizado, foi cunhado pelos movimentos sociais a partir da formação do Comitê da Praça das Árvores. Seu conceito corresponde ao conglomerado de conjuntos habitacionais COHAB e COHATRAC, localizados na região dos estuários dos rios Anil e Bacanga, na cidade de São Luís/MA. A sigla que compõe o nome do complexo habitacional é composta por Companhia de Habitação Brasileira (COHAB) e Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio (COHATRAC).

trazer reflexões e questões do seu cotidiano. O exercício da observação situada, realizado a partir das experiências da rotina da Praça das Árvores no contexto da cidade de São Luís no complexo, permitiu compreender que o cenário urbano dialético expõe problemas latentes decorrentes da conjuntura socioeconômica e política brasileira.

A praça configura-se, então, como uma arena de múltiplas perspectivas em sua prática social. Nela, pressupomos que se abrigam relações únicas que conclamam a participação da coletividade no sentido de promover, ou não, a construção de um novo paradigma na cidade. Tais questões permitiram a gestação deste estudo e suscitaram, em uma perspectiva crítica, a reflexão a respeito da ocupação, da estruturação, da organização popular e da atuação do Comitê da Praça das Árvores.

Pensar o Comitê de Praça é transitar no percurso histórico que interliga a cidade, a praça, seus usos e apropriações. Sendo assim, o objeto desta pesquisa perpassou pela organização popular dos espaços públicos a partir das experiências do Comitê da Praça das Árvores. Com efeito, o olhar empírico sobre a praça, como chão fértil de possibilidades, proporcionou verificar a ação que a organização social pode provocar nesse contexto.

Partimos do pressuposto de que o pesquisador não nasce pronto, é necessário que, aliado à disciplina e paciência, ele goste das inquietações que o ato de investigar proporciona. A pós-graduação é o espaço dos dilemas propostos pelo processo investigativo. Apesar da dimensão da temática, esta pesquisa não tem a intenção de esgotar todo o arcabouço político e social sobre o emblemático processo que gestou a organização dos Comitês Populares de Praça. Por isso, o envolvimento pessoal impulsionado pela experiência na docência, na militância em movimentos sociais, nos conselhos de direitos e nos comitês, a partir dos quais se formou um novo momento de apropriação investigativa e instigou o caminho deste estudo.

Nesse sentido, fez-se necessário destacar que os referidos comitês foram tomados como campo de análise para compreender a praça como lócus dialético, bem como sua relevância no processo de formação, os quais dialogaram diretamente com a perspectiva teórica abordada na linha de pesquisa “Movimentos Sociais, Território e Planejamento”, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

O olhar diligente acerca do processo histórico de preservação, estruturação patrimonial e ambiental das praças na cidade de São Luís/MA, com perspectivas que

incluem as múltiplas dimensões da dinâmica urbana, possibilita compreender as transformações sociais ocorridas no interior da cidade, decorrentes das relações entre seus cidadãos e a diversidade de apropriações no uso, na motivação e na finalidade dos espaços urbanos.

Entendemos a praça como um espaço público livre, construído ou adequado a uma área pensada a partir de perspectivas diversas, quais sejam: a do entorno onde está inserida, a dos usuários desse espaço e da função destas exercida no contexto citadino. Outrossim, tendo em vista que o Estado capitalista atua para garantir as condições de acumulação e reprodução do capital, a infraestrutura urbana de São Luís guarda as marcas da desigualdade social em sua paisagem urbana. A praça é um espaço de representações múltiplas, expressando tal desigualdade de forma que não pode ser percebida apenas na sua dimensão estética, mas deve ter ressaltado seu significado social.

Ao analisar a experiência de organização popular no Comitê da Praça das Árvores, criado pelos comunitários no contexto da cidade de São Luís/MA, faz-se necessário atentar para as seguintes categorias: cidade, espacialidade, processo organizativo popular (ativismo político), participação e urbanidade para compreender o processo que envolve a vontade coletiva e a institucionalização dos comitês por parte do governo municipal de São Luís. Para tanto, concebemos a praça como um espaço de relações sociais contraditórias e conflituosas, onde diversos interesses se expressam e que, neste estudo, se constitui como o grande desafio a ser evidenciado.

Nessa reflexão, o objeto de estudo da presente pesquisa traz a Praça das Árvores no Complexo COHAB-COHATRAC como lugar de uma experiência pioneira de ocupação social dos equipamentos urbanos (praças), em São Luís, após o período de criação do primeiro Comitê de Praça na capital maranhense, ocorrido em julho de 2014. Ali na Praça das Árvores, no COHATRAC IV, observamos que muitos elementos concebidos coletivamente no início do processo, como premissa para a construção de autonomia, sofreram alterações e impactos oriundos da intervenção institucional.

Essas intervenções estão relacionadas à institucionalização capitaneada pelo poder público municipal e mostram que a praça e o comitê devem ser tratados como permeados por contradições. Nessa ótica, a cidade é construída dialeticamente por meio de relações sociais dinâmicas, pois, como ressalta Harvey (2005), a cidade é um produto de relações sociais de dimensão histórica. Como tal, o processo urbanístico da cidade de São Luís explicita uma íntima relação entre espaço e tempo.

Dessa forma, o diálogo entre o indivíduo e a cidade confere, ao espaço urbano utilizado, significados que exprimem sentimentos, lutas e conquistas. O movimento nascido no “chão da praça” do complexo COHAB-COHATRAC aponta novas formas de movimentos sociais de cunho popular vinculados a estratégias democráticas de organização. Segundo Santos (2008, p. 12): “Esses movimentos populares [...] lutam contra a concentração urbana, ou pelo acesso à habitação ou aos equipamentos urbanos, também chamados de bens de consumo coletivo”, a exemplo do Comitê da Praça das Árvores.

No município de São Luís, existem várias praças públicas, cujas características próprias revelam sua história e apropriação social, apresentadas no panorama histórico do contexto urbano da cidade. A experiência pioneira de organização popular vivenciada no “chão” da Praça das Árvores, enquanto lócus desta pesquisa, apontou uma série de questionamentos sobre o processo de organização dos comitês. Para tanto, responder a questionamentos que levem ao entendimento da lógica dos usos e apropriações da “praça” e das implicações da institucionalização do comitê em sua autonomia política ajudou a compreender a dinâmica envolvida nesse movimento de organização comunitária.

Para o presente estudo, foi utilizado como perspectiva teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético acerca das apropriações e uso da praça organizada em comitês. De acordo com Marx (1818-1883), a cidade ocidental na modernidade é o local da produção e reprodução do capital parte dos processos sociais, contudo ela explicita miséria, sujeição, degradação, mas também luta de classes. A respeito desse método, o autor sugere que se dimensione e compreenda o problema na perspectiva de um movimento que vise apreender a realidade social em sua complexidade, sua heterogeneidade e suas contradições.

Nesse bojo, esta pesquisa se coloca para compreender as contradições que envolvem a institucionalização dos comitês nos usos da praça como representação da vontade coletiva e da luta comunitária. Todavia, ressaltamos a importância para o estudo da análise de contrapontos teóricos sobre conceitos basilares das categorias trabalhadas no conceito de “cidade”. A discussão atinente ao conceito de cidade encontra-se na arena permeada por embates de dúvidas frequentes frente às fragilidades das certezas, posto que nos perguntamos: o que é cidade? Para quem é a cidade?

Nesse percurso de tantas considerações a fazer, tornou-se necessário refletir

sobre esse conceito. A cidade aqui intencionada para a discussão conceitual é a evidenciada na realidade brasileira. Para Lefebvre (2001), autor de perspectiva marxista que desenvolveu em seu trabalho uma das mais contundentes críticas ao urbanismo do período pós-guerra, o sentido desse urbanismo funda-se na concepção de desordem das contradições da cidade moderna.

Assim, a cidade inscreve-se na condição de meio de produção, reprodução e circulação do capital e, portanto, alienada das possibilidades de apropriação daqueles que são os responsáveis diretos por sua criação. Contudo, a cidade é percebida como obra, e não produto, sendo resultado das relações sociais, pois “tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizem essa obra nas condições históricas” (Lefebvre, 2001, p. 52).

Nesse mesmo prisma teórico, o geógrafo Santos (1994) conceitua a cidade como uma forma particular de organização do espaço e aponta, em seus estudos, que ela deveria ser pensada tomando o caráter de centralidade em meio a uma região e integrando uma rede urbana em que ocuparia uma posição hierárquica. Em sua obra *A cidade como centro da região*, Santos (1959) revisa os conceitos de cidade e faz uma leitura dos ritmos das transformações que, para ele, são diferenciados devido à diversidade dos sistemas econômicos, evidenciando a relação intrínseca entre econômico e urbano.

Para Santos (1994, p. 103), “a cidade é um lugar privilegiado onde o exercício da cidadania pode ser aprimorado, já que ela é o meio de existência para maior parte das pessoas”. Na cidade, em seu caráter orgânico, as lutas de classes, tensões, conflitos e contradições ressaltam o desenvolvimento urbano no modo de produção capitalista. Conforme Harvey (2005), esse modo de produção age promovendo a criação de infraestrutura para responder ao processo de acumulação do capital de acordo com os interesses políticos e de classe formulados pelo Estado capitalista. Logo, para os teóricos mencionados, a cidade é o lugar da produção e circulação.

Além desses referenciais teóricos de perspectiva marxiana, diversos autores contribuíram para a compreensão da cidade, da sua estrutura urbana e dos processos organizativos populares advindos das relações singulares observadas no Comitê da Praça das Árvores durante a presente pesquisa, dentre eles: Manuel Castells, em seu livro *A questão urbana*, que contribui para entender melhor a ocupação do espaço público urbano; Hardt e Negri, que apontam para a questão do “comum”; Raquel Holnik, no tocante à cidade e seus espaços públicos, além de autores maranhenses

que somaram com seus estudos sobre a expansão urbana de São Luís, o contexto sócio-histórico da cidade e os discursos políticos construídos pela hegemonia do capital, a exemplo de Frederico Bournet, Ferreira, Lurdinha Lacroix e Flávio Reis.

Uma das contribuições dessas visões está em considerar a dimensão cultural do processo de urbanização e pensar o espaço da cidade como competitivo. Os estudos de prospecção da praça como espaço urbano e público precisou lançar mão de outras bases conceituais, como autonomia, cidadania, participação, demarcadas em categorias analíticas como espaço-tempo e lugar. Estudar a trajetória do comitê popular de um espaço público (praça) não é tarefa fácil, não se resume ao espaço e tempo em que está inserido no bojo da cidade.

Há uma complexidade na perspectiva de análise do objeto que exige do pesquisador uma árdua investigação em diversas fontes, como as narrativas escritas oriundas do olhar acerca dos documentos oficiais, como decretos e resoluções, e os produzidos pela comunidade, a exemplo de atas, regimentos, dados registrados, além das possibilidades metodológicas que os depoimentos, as entrevistas, as vivências situadas, a iconografia analisada e a observação participante podem provocar no âmbito da construção do estudo. Para tanto, analisar a dinâmica do processo de organização popular nos comitês de praças em São Luís requer tratar os dados empíricos explicitados na condição de observadora participante do processo de pesquisa. A sistematização da (re)construção teórica e empírica foi feita em três capítulos, apresentados a seguir.

O primeiro capítulo desenvolve as perspectivas de abordagens teóricas e históricas sobre a cidade como espaço público urbano no contexto capitalista. Refere-se ao debate conceitual da pesquisa frente às determinações sócio-históricas desse espaço, dentro de um contexto urbano capitalista, e apresenta a cidade e o bairro onde está localizada a Praça da Árvores.

O principal objetivo do referido capítulo é apresentar a praça e entendê-la como produzida por um processo histórico, marcado pela condição geográfica de São Luís, que fez a cidade palco de duas iniciativas econômicas e políticas: a primeira no século XVIII-XIX, como cidade colonial, o que define sua estrutura urbana inicial; a segunda ocorrida nas décadas de 1960-1980 do século XX, quando foi lugar de projetos de desenvolvimento conduzidos pela Ditadura Militar, que redesenham a cidade através dos chamados grandes projetos e criaram o Complexo COHAB-COHATRAC.

O segundo capítulo aborda a criação do comitê da Praça da Árvores, tratando-

o como movimento de apropriação do espaço público urbano. A ideia principal é que a experiência do comitê instituiu uma prática que visava ao comum, o que foi pensado a partir das contribuições de Hardt e Negri. Além disso, com Castells e Harvey, buscamos pensar sobre os ativismos contemporâneos que colocaram a cidade em primeiro plano. Desse modo, considerando a cidade como produzida por iniciativas econômicas e políticas a partir das classes dominantes, a experiência do comitê aparece como um esforço de enfrentamento ao neoliberalismo e à privatização da vida.

O terceiro capítulo expõe fatos coletados na observação participante que revelam a apropriação do comitê por parte do poder público municipal, bem como as formas de resistência traçadas pelo Comitê da Praça das Árvores para o diálogo, como estratégia de ação e fortalecimento da organização da força comunitária. Ademais, trata dos processos de requalificação da praça e seus desdobramentos: o projeto “Cidade Jardim” e as apropriações suscitadas a partir dele. Aborda a experiência do comitê tendo em vista seus processos de estruturação e organização, bem como são apresentadas e discutidas as principais iniciativas dos membros do comitê, a exemplo da ampliação do movimento popular de ocupação do espaço público e da discussão dos limites dessa experiência e os desafios vividos no cotidiano e no chão da praça.

É possível identificar, até a fase atual da pesquisa, que as seguintes perguntas devem ser respondidas: o comitê conseguiu conter o processo de privatização desse espaço público? A institucionalização do comitê, por iniciativa da Prefeitura de São Luís, deve ser entendida como um movimento de tutela e contenção do ativismo político do comitê? Quais lições ficam da experiência do comitê para o ativismo urbano e a luta pela cidade nas grandes urbes latino-americanas de passado colonial e de processo acentuado de privatização do espaço e da vida comum?

2 A PRAÇA DAS ÁRVORES NO COMPLEXO COHAB-COHATRAC EM SÃO LUÍS

2.1 A Praça das Árvores: contexto urbano

A praça é um dos espaços públicos urbanos mais significativos, um elemento importante na estrutura urbana. Ela possui relevância histórica e simbólica, posto que contribui nas relações humanas que se desenvolvem no âmbito da cidade. Praças configuram diversidade no tecido urbano e podem possibilitar diferentes usos e usuários². Nelas, existem aspectos diversos, capazes de explicitar o processo de urbanidade em que se encontra inserida. Nesse sentido, consideramos importante entender esse espaço livre como elemento da paisagem urbana que reflete a cidade, constitui personalidade aos espaços urbanos e revela a história e memória cultural das transformações empreendidas.

Compreendemos a praça como um espaço que alimenta a imaginação e a realidade de seus usuários e, ainda, um local de ação, cenário de transformações importantes. Nesse sentido, surgiu em São Luís/MA, no bairro COHATRAC³ IV, a Praça das Árvores. O local era uma área livre e verde, cuidada pelos primeiros moradores do entorno. Houve expectativas em torno do projeto para aquela área, resultado de um acordo entre o poder público e as empresas privadas com empreendimento no bairro, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) (ANEXO A), entre a construtora Lua Nova e a Prefeitura de São Luís em 2014.

No bojo da cidade de São Luís, o Conjunto Habitacional dos Trabalhadores do Comércio (COHATRAC) abriga cerca de 15 praças. O local onde hoje se encontra a Praça das Árvores é reconhecido, por exemplo, por sediar uma das maiores celebrações católicas do Estado do Maranhão, o Círio de Nazaré. O processo de organização coletiva da comunidade, para cuidar e ocupar socialmente esse lugar, ocorreu na Praça das Árvores com a criação do instrumento de gestão comunitária chamado Comitê de Praças.

O modo como a referida praça surgiu, dentro de um contexto sociopolítico,

² O termo “usuários” relaciona-se à apropriação e perspectivas lúdica e cultural, com ideia de pertença e socioambiental, que diferem do termo “usuário”, uma vez que a noção de usuário, aqui entendida, é estabelecida a partir de uma relação de consumo.

³ Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio.

econômico e urbanístico, é um fator crucial para a identificação das relações da comunidade e a dinâmica do uso desse espaço. Embora esse espaço público livre comunitário, localizado na rua 01 do COHATRAC IV, tenha passado por intervenções em sua estrutura física nos últimos nove anos, atravessou longos anos de abandono governamental como todos os espaços livres do bairro do COHATRAC, só recebendo cuidados ambientais dos moradores dos entornos.

A essência pública das praças revela-se no que é visível em seu espaço aberto, e sua morfologia denota o processo sócio-histórico de intervenções que inflexionam em suas formas e apropriações. Conforme dados coletados entre os moradores do entorno, identificamos que esse espaço foi planejado e construído sem a ciência deles. Segundo a fala de uma moradora da rua 01 do COHATRAC IV: “os tapumes colocados na obra estabeleceram um marco do distanciamento entre a empresa construtora, prefeitura e a população do entorno”.

Não obstante aos relatos dos atores sociais como o acima citado, convém ressaltar a fala do mobilizador social sobre a entrega à população da Praça do COHATRAC IV, que, antes de 2015, não possuía nome, mas que, por meio de enquête realizada na própria praça, passou a ser chamada Praça das Árvores, uma vez que esta não foi entregue oficialmente, ocasionando inquietação na comunidade frequentadora e residente das proximidades.

A comunidade do complexo COHATRAC recebeu, no meio do ano passado, mais uma praça, a Praça do COHATRAC IV, em frente ao Colégio Solução Maranhense. Essa área pública foi arborizada pela comunidade do entorno, a qual acalentava que o espaço, um dia, seria transformado em praça. A Construtora Lua Nova, em parceria com a prefeitura, construiu a praça e a colocou à disposição da comunidade (informação verbal)⁴.

A apropriação da praça pelos comunitários ocorreu de forma a sensibilizar os moradores do entorno e os usuários do espaço, legitimados pelo uso consciente daquele equipamento. Uma vez que a Praça das Árvores foi entregue à comunidade do COHATRAC IV em 2014 e inaugurada somente a posteriori, em 23 de maio de 2015, observamos a apropriação dela pelos moradores, que buscaram sensibilizar a comunidade para juntos cuidarem, ocuparem e preservarem aquele espaço urbano.

Aliado a isso, a fim de mobilizar o maior número de pessoas, foi elaborado um

⁴ Informação verbal do coordenador do Comitê da Praça das Árvores, Camilo Rocha Gomes da Silva.

convite impresso e propagado na praça, nas casas e nos comércios do bairro, bem como nas redes sociais. Em torno disso, verificamos um processo de mobilização comunitária que culminou em uma agenda de reuniões com os interessados na temática utilizando o “chão de praça”⁵. A matéria desses encontros gerou o nosso interesse em investigar a dinâmica desse movimento endógeno⁶ coletivo de ocupação social e cuidado ambiental do referido espaço público livre.

Por certo, a Praça das Árvores inscreve-se nesta pesquisa como um lócus social fértil para um olhar empírico sobre uma realidade concreta a ser desvelada em suas multiplicidades em uma São Luís capitalista, que aponta a praça como cenário de relações sociais de um espaço público com dimensões dialéticas. É importante perceber, em Lefebvre (2001), que a praça é cenário de relações sociais e potencialidades no interior da cidade. O resultado de toda essa mobilização em torno da Praça das Árvores ensejou a criação de um instrumento que agregou gestão compartilhada entre seus usuários denominado “Comitê Gestor”⁷.

Figura 1 – Registro imagético de uma das primeiras reuniões do Comitê Popular Gestor da *Praça das Árvores*



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Nesse sentido, na cidade, boa parte das atividades, ao longo do tempo, ocorre nos espaços livres de edificações, tais como as praças, os quais são importantes na

⁵ A expressão “chão de praça” refere-se, de maneira análoga, ao sentido dado por Marx quando utiliza “chão de fábrica”, em que o “chão” significa os espaços de debates, lutas, organização coletiva e resistência.

⁶ O termo “endógeno”, utilizado neste trabalho, refere-se aos movimentos sociais criados nos espaços urbanos pela própria comunidade, ou seja, conceito que se alinha à sua etimologia como aquilo que se “desenvolve ou reproduz a partir do tecido interno” (Dicionário online Oxford, 2023).

⁷ Instrumento de gestão compartilhada e comunitária criado de forma pioneira na Praça das Árvores.

construção e consolidação das relações sociais e no processo de pertencimento urbano e identidade, posto que a praça resguarda um valor histórico, que é o lugar, encontros, lazer e trocas culturais (Robba; Macedo, 2002). Assim, alguns autores consideram as ágoras gregas e os fóruns romanos como embriões das praças ocidentais, pois esses espaços tinham como função ser o lugar de encontros (Zucker, 1959 *apud* Caldeira, 2007), a exemplo do que acontece na Praça das Árvores.

Figura 2 – Registro fotográfico de encontros no “chão de praça”



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

No período medieval, as praças tinham diversas funções: praças de mercado, lugar de realização da atividade comercial; entrada da cidade, lugar de passagem; praças centrais na cidade e nos largos ou adros da igreja, lugar de expressão religiosa, etc. De acordo com Bakhtin (1987 *apud* Segawa, 1996, p. 33), a praça do medievo “era ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficial e aí o povo tinha sempre a última palavra”. Era, então, o espaço da manifestação popular.

Dito isso, observam-se traços que permeiam a dinâmica desses espaços públicos nas praças, desde a Antiguidade, passando pelos períodos históricos até a contemporaneidade, como no caso da Praça das Árvores. Portanto, as praças sofrem modificações no decurso da história quanto à função estética, simbólica, ecológica, política e social, bem como seus usos e apropriações, ou seja, encontro, espetáculo, comércio, manifestações culturais e outras, mas seguem sendo lugares dinâmicos que possibilitam encontros, circulação de pessoas, convivências e sociabilidades.

Figura 3 – Registro fotográfico de encontros no “chão de praça”



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Dessa maneira, pensar a Praça das Árvores como um desafio da urbanização contemporânea da cidade de São Luís requer um entendimento ampliado a respeito de vários aspectos que compõem a dinâmica de reorganização produtiva do território do bairro do COHATRAC IV, inserido no Complexo Habitacional COHAB-COHATRAC na capital maranhense. Logo, essa praça é uma construção social que apresenta diferentes formas espaciais; enquanto equipamento público, ela é uma forma de integração do espaço urbano e constitui local de destaque no Complexo COHAB-COHATRAC em São Luís/MA.

2.2 A Praça das Árvores no traçado urbano da Ilha de São Luís

A história da formação do Complexo COHAB-COHATRAC está inserida em um escopo temporal referente à implementação de “grandes projetos” de cunho capitalista no Brasil. Foi um projeto articulado pelas classes dominantes, no período da história marcado pelo obscurantismo da Ditadura Militar, período demarcado inicialmente na década de 1960 pelas mudanças decorrentes do pós-guerra. Tal panorama histórico evidenciou políticas nacionais de “desenvolvimento”⁸ urbano, cujas implementações ficavam a cargo dos órgãos públicos, como no caso do Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), o qual projetou e implementou obras urbanas, viárias e residenciais. Nesse escopo, Cano (1999, p. 445) chama a atenção para o

⁸ A palavra “desenvolvimento” aparece entre aspas devido à apropriação político-ideológica em que a via de progresso se dava pelo processo de industrialização pautado no capital internacional que acirrava os antagonismos e contradições da realidade brasileira.

processo de industrialização no Brasil:

Mas é bom lembrar que a excepcionalidade do período não significa que estávamos trilhando o almejado caminho do desenvolvimento econômico, que nos pudesse levar, algum dia, a atingir o mesmo padrão de vida dos países desenvolvidos. Furtado já havia esclarecido esta questão desde 1974, em seu clássico *O mito do desenvolvimento*.

O complexo habitacional referido situa-se em São Luís, capital do estado do Maranhão, localizada na Ilha de *Upaon-Açu*, que, na ocasião da formação do Comitê da Praça das Árvores, tinha como Região Metropolitana apenas os municípios: Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, região instituída pela Lei Complementar nº 38/1998, hoje revogada pela Lei Complementar nº 174/2015. No último censo, foi registrada uma população total de aproximadamente 1.115.932 de habitantes, dispondo de uma área de 834,79 km², coeficientes que configuram uma densidade demográfica com cerca de 1.215,69 hab./km² (IBGE, 2010). O mapa, a seguir, demonstra a disposição dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, na época da criação do primeiro comitê:

Figura 4 – Municípios integrantes da RMGSL, segundo a LCE nº 38/1998



Fonte: IPEA (2014, p.11).

No processo de expansão urbana de São Luís, as transformações em seus aspectos socioeconômicos, sociopolíticos, socioculturais e paisagísticos, expostas pela incorporação do desenvolvimento capitalista, forjaram o padrão estético que remodelava a cidade. As intervenções no âmbito urbano com a expansão de novas áreas abarcando ruas, casas, praças e moradores, apresenta uma cidade “moderna”, com vestes coloniais. Nesse sentido, o Complexo COHAB-COHATRAC entra na cena urbana da Ilha de São Luís a partir da perspectiva do projeto desenvolvimentista das

classes burguesas associadas às propostas da internacionalização do capital.

A expansão urbana de São Luís, entretanto, não ocorreu de maneira casual. No Maranhão, o governo de José Sarney (1966 a 1970), alinhado à Ditadura Militar e suas políticas desenvolvimentistas representadas pelo Projeto Grande Carajás, reconfigurou social e espacialmente a Ilha de São Luís, calcado no paradoxo da modernização conservadora⁹. Nesse quadro, a dinâmica do poder teve uma inflexão considerada fundamental na década de 1960, com a eleição de Sarney. No contexto nacional, o golpe militar aprofundou as relações do Brasil com a ótica do capitalismo internacional, Sarney capitaneou, no âmbito federal, a condução desse projeto de poder através dos campos políticos, administrativos e econômicos, pois:

A ascensão de Sarney não seguiria trilha muito diferente. Destacando-se como um dos deputados federais da ala reformista da UDN, conseguiu se viabilizar como candidato antivitorinista em 1965, já articulado ao novo esquema de poder advindo do golpe de 1964 (Reis, 2012, p. 66).

O governo Sarney elaborou mecanismos para a execução do objetivo da manutenção da oligarquia no poder, dentre os quais: órgãos estaduais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento do Estado. Dessa feita, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) ocupou um papel preponderante no projeto, por ser institucionalmente o condutor do planejamento, do controle e da execução no governo:

[...] o seu fortalecimento foi paulatino, configurando-se plenamente apenas na segunda metade da década de 1970, na esteira do crescimento da influência no partido governista ARENA e depois PDS. O poder de Sarney, como o de seus antecessores na linhagem oligárquica do Maranhão repousa no quase monopólio exercido todos esses anos na mediação com o governo federal (Reis, 2012, p. 67).

O “discurso do novo”, marca da oligarquia sarneista, baseada na “superação do atraso”, procurou, através dos projetos de infraestrutura no âmbito urbanístico, habitacional, de saneamento e de energia, consolidar seu plano de poder político e propiciar a expansão do grande capital, um projeto das classes burguesas e das forças militares no Brasil.

A lógica em curso na América do Sul incorporou tendências de uma “modernização conservadora” que incluía intervenções urbanísticas ou de fomento à

⁹ A ideia implícita nesse processo perpassa pelos fatores fundamentais: processo de subordinação pessoal dos trabalhadores rurais; controle da força de trabalho; expropriação de terras com vistas à extração do excedente econômico; supressão das liberdades; cidadania tutelada, entre outros; logo, um processo de modernização calcado nos traços de continuidade de uma herança de tradição colonial, marcada por extrema exclusão social. Embora a transição para a modernização no Brasil apresente um viés industrializador, este ocorre pautado em elementos excludentes e conservadores.

reprodução e circulação do capital. Na década de 1960, concomitante à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), o país estava mergulhado na política repressiva da Ditadura Militar, período marcado por conflitos ideológicos, violação de direitos e políticas articuladas à expansão do capital no mundo, cuja implementação contava com projetos de grande porte para áreas com potencial de exploração dos recursos naturais, extração e exportação, a exemplo do que ocorreu nas regiões Nordeste e Norte. Nesse contexto, São Luís apresentou um crescimento atrelado às inovações planejadas e orientadas pela reprodução do capital, como se pode visualizar no quadro abaixo.

Quadro 1 – Urbanização em São Luís: períodos para análise

PERÍODOS		FATORES			
		Populacionais - Socioculturais	Econômicos - Financeiros	Políticos - Administrativos	Locacionais e Espaciais
URBANIZAÇÃO MODERNISTA	1965 A 1980	A migração como principal fator de crescimento populacional	O BNH e os grandes projetos nacionais em São Luís: Alumar/CVRD	Governo José Sarney, modernização administrativa e Governo militar	Novo eixo de expansão, agregação territorial e PD 1977
	1980 A 2000	Migração interna rural e ocupação ilegal de áreas urbanas	Suspensão de financiamentos e carência de recursos privados	Democratização e eleições municipais	Consolidação dos Pólos residenciais de alta e baixa renda

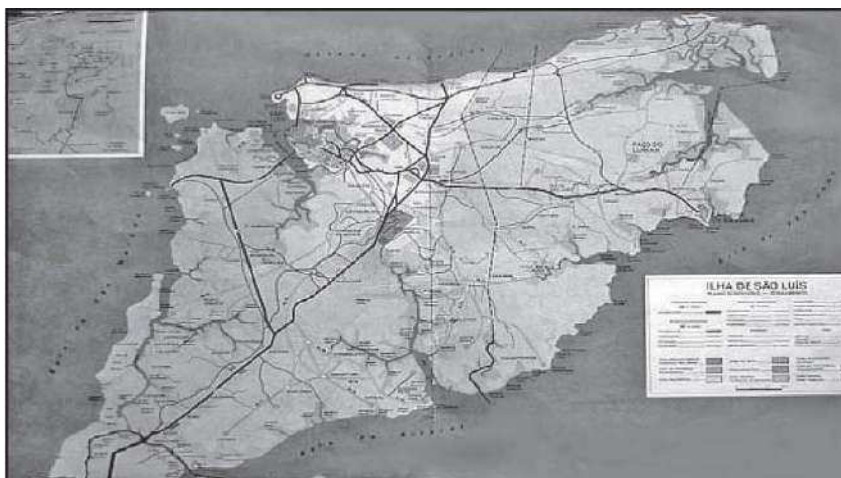
Fonte: Burnet (2008, p. 112).

O governo do Maranhão, no período da Ditadura Militar, articulou-se à política nacional implementada para subsidiar seu projeto político, em que a política habitacional proposta pelo governo militar foi uma das principais estratégias para a manutenção do governo ditatorial por um longo período. No bojo desse projeto, em 1964, o governo militar fez intervenções em diversas áreas, dentre essas no campo habitacional. Criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o órgão responsável pelo financiamento das obras, o BNH, conforme a Lei nº 4.380/1964:

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), a Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e dá outras providências.

Nesse cenário, São Luís entrava no processo de expansão e transformação do núcleo urbano central, para entrar em uma nova perspectiva de cidade com outras áreas, constituindo novos núcleos urbanos para dar continuidade ao processo de segregação espacial que o capital promove.

Figura 5 – Mapa da Ilha de São Luís de 1974: a localização do Centro Histórico e o traçado sobre o território das avenidas propostas pelo Plano de Expansão de 1950



Fonte: Burnet (2008, p. 134).

A cidade de São Luís, na década de 1970, contou com os investimentos dos chamados “grandes projetos” quanto à infraestrutura capital visando ao escoamento e exportação das riquezas via Porto do Itaqui. Forjada aos moldes da modernidade emergente europeia e seus processos de conquista de territórios para a acumulação de riquezas, São Luís explicita o retrato de uma cidade que, embora tenha surgido no século XVII, resguarda em sua formação sócio-histórica marcas de pilares basilares da sociedade colonial que atravessam a história do Maranhão pós-colonial.

Os traços cristalizados na sociedade ludovicense, como patriarcado, escravidão e desigualdade social, constroem uma cidade permeada de contradições, a exemplo das cidades colonizadas na América do Sul, que apresentavam cidades litorâneas, comerciais e modernas em relação às cidades do interior, consideradas primitivas e atrasadas. Essa perspectiva de análise foi abordada por Gramsci (1977 *apud* BIANCHI, 2018, p. 210) em seus escritos: “interessante notar essa contradição que existe na América do Sul entre o mundo moderno das grandes cidades comerciais do litoral e o primitivismo do interior”.

Tal contradição implicava no modo contraditório da constituição dos dirigentes e intelectuais oriundos da relação profunda entre os poderes temporal (grandes comerciantes) e espiritual (a Igreja). Talvez, esse aspecto seja a chave para compreender a formação do poder político e econômico das camadas dirigentes que conduziram (e conduzem) os projetos de desenvolvimento no estado do Maranhão.

De *Ilha de Upaon-Açu*¹⁰ a *Saint Louis*¹¹, um choque entre culturas “civilizadas capitalistas” e “primitiva pré-capitalista” fez surgir uma cidade cuja ocupação e formação expressavam conflitos entre grupos dominantes (Igreja e representantes coloniais) em disputas por lugar de poder.

Esses conflitos são uma extensão do cenário europeu em que o clero, ao buscar poder temporal, patrimonial e econômico, disputava com as missões militares o território conquistado. Nesse contexto, São Luís foi berço do ideário de civilização importado da Europa e imposto aos povos originários, os quais vão sendo “engolidos por uma máquina civilizacional” (Kopenawa, 2015, p. 27) no território de exploração para a reprodução e acumulação capitalista. Portanto, desde a sua colonização, São Luís caracterizou-se por ser entreposto para riquezas exploradas em território local a serviço da hegemonia econômica europeia colonial e pós-colonial, visto que “[e]sses traços eurocêntricos pautaram a visão dos conquistadores” (Quijano, 2005, p. 25).

A presença dos conquistadores legou marcas profundas tanto na formação do Estado Nacional como no traçado urbano e seu significado social. A cidade, com seu núcleo econômico, eclesiástico e político, definiu suas ruas, casas, praças, igrejas e mercado, em uma inter-relação orgânica que perdurou por muito tempo ao longo da história. As contradições inerentes ao “desenvolvimento” suscitam reflexões acerca da formação social do Maranhão, a qual foi a quarta economia agroexportadora do Brasil colônia, mas também sua capital teve o terceiro maior contingente de população negra escravizada.

Como se posiciona Pereira (2001, p. 40) quando afirma que: “em 1821, o Maranhão contava com 152.893 habitantes, sendo que a metade desses eram escravos”. Complementando o posicionamento anterior, Lago (*apud* Farias, 2012, p. 63) assevera que:

Segundo levantamento estatístico do Coronel Antonio Bernardo Pereira, 55,3% da população maranhense era composta de cativos. Tratando, especificamente, de São Luís, no início do Século XIX, 49% dos seus habitantes eram sujeitos escravizados, sendo 43% pretos cativos e 6% mulatos cativos.

Assim, a cidade de São Luís adentra o século XX na esteira do capitalismo emergente dependente, respondendo às exigências do mercado internacional e

¹⁰ *Upaon-Açu* é o nome dado pelos povos originários (Tremembé) ao território que compreende toda a extensão da Ilha de São Luís, cujo significado é, em idioma nativo, Ilha Grande.

¹¹ *Saint Louis* é a cunhagem do referenciado termo em francês atinente à fundação de um forte: marco da ocupação francesa. Também remete a um ideário de singularidade civilizatório eurocentrado.

fortalecendo, para tanto, a relação entre o Estado e a classe burguesa, já que, no Maranhão, desde a Colônia, as relações sociais foram construídas assentadas em bases que aprofundaram os conflitos sociais e configuraram o cenário urbano da cidade. Para Lefebvre (2001, p. 22), a “vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”.

O estudo sobre o desenvolvimento urbano no Brasil possibilita a identificação da dinâmica das cidades coloniais, a configuração do espaço como uma (re)produção capitalista e como ele constrói, transforma e ressignifica a cidade. Essa perspectiva pressupõe também um movimento dialético marcado por resistências e lutas das camadas subalternizadas por moradia digna.

Esse modelo de desenvolvimento proposto na expansão do capitalismo moderno, porém com traços coloniais, traz em suas bases padrões dominantes que produzem os centros urbanos e no Maranhão. O discurso de “civildade”, centrado na Europa, foi disseminado no imaginário coletivo, construindo, portanto, o ideário elitista, excludente e seletivo, referência para ver a cidade como lugar da cultura letrada, do progresso, centro do poder político e da dominação.

A história imperial e parte da republicana foi de absorção dos modelos franceses, e o ambiente cultural levou os historiadores, intelectuais e, de modo geral, a elite maranhense, à ideia de singularidade da província (Lacroix, 2002, p. 50).

Nesse sentido, compreender o processo de urbanização da cidade de São Luís enseja pensar a organização e as transformações ocorridas no âmbito do espaço da cidade à medida que o capital avança em seu processo de expansão e dominação de mercado. Para Santos (1988, p. 95), tal “Lugar [...] pode ser entendido como resultado de ações de diversos elementos que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis pois mudam de significado através do tempo”. Dessa feita, o espaço é repleto de elementos históricos que explicitam os antagonismos na realidade social, marcada pela desigualdade entre as camadas dominantes e as subalternizadas.

A cidade, no bojo do processo da (re)produção capitalista, deve ser um lugar cujo formato atenda aos interesses do sistema. Segundo Ferreira (2014, p. 90):

Na cidade capitalista, [...] o capital, em geral, encontra amplas oportunidades para efeito de se reproduzir, as quais materializam a necessidade da diversificação, face ao incremento demográfico, isto é, ampliação do mercado consumidor.

Como observamos, os caminhos urbanos da cidade de São Luís foram sendo construídos com base no avanço que a perspectiva da industrialização tomou no país,

visto que se tornou a variável para demarcar os espaços, promovendo a segregação social e criando os bairros periféricos. Foram os grandes projetos capitalistas da VALE e da ALUMAR, iniciados na década de 1970, que materializaram a ideia de que cidade grande é sinal de “desenvolvimento” socioeconômico, como disserta Burnett (2006, p. 134).

A decisão nacional de implantar em São Luís, grandes ‘projetos especiais’ tais como a fábrica de alumínio da ALUMAR, o porto exportador do Itaqui e a ferrovia Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce – que atraíam inúmeras empresas prestadoras de serviços –, contribuíram para consolidar a ideia de uma iminente explosão habitacional e levaram a prefeitura a preocupar-se com a organização do espaço urbano.

Destarte, no processo de expansão urbana, o arranjo espacial da sociedade ludovicense no século XX constituiu-se em um desenho geográfico da população, apontando distorções sociais evidenciadas pela desigualdade econômica. São Luís da modernidade apresenta cenário de contrastes, que se adequam ao jogo proposto pelo avanço do mercado que assume as diretrizes de organização do lugar, onde o espaço é tido como mercadoria. Nessa conjuntura socioeconômica e política é que foram gestados os bairros do projeto de expansão urbana em áreas específicas, como o leste da capital maranhense e, dentre elas, o complexo COHAB-COHATRAC. Como assegura Ferreira (2014, p. 58):

Em relação à infraestrutura um dos setores mais visados foi o da habitação, pois o Estado já atuava desde 1977 como promotor imobiliário através da produção de conjuntos residenciais levados a efeito pela COHAB e Cooperativas [...] O que se pode extrair de todo o processo é a contínua valorização do espaço, haja vista, que a produção desses conjuntos habitacionais concentrou-se nos setores Norte (Cohama, Cohaserma, Cohajap, Cohajoli, Bequimão, Angelim, Vinhais, Habitacional Turu) e Leste (Cohab Anil IV, Cohapam, e Cohatrac I).

Assim, o complexo COHAB-COHATRAC foi planejado em fase de mudança socioeconômica, na qual o Estado, enquanto produtor do espaço, buscou propiciar a apropriação de novas áreas da cidade de São Luís de maneira estratégica, a fim de efetivar projetos, planos e programas de abrangência política e econômica.

2.3 Do habitar: um panorama sobre a formação do complexo COHAB-COHATRAC

Foi entre as décadas de 1930 e 1980 que a população do Brasil passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana (Rolnik, 2012). Desse modo, em São Luís, o movimento populacional urbano intensificou-se com o êxodo rural, tendo em vista que o cenário urbano da cidade se modificou com o surgimento de

áreas periféricas que configuraram novos espaços para congregar uma massa de trabalhadores pobres, seguindo a lógica do modelo proposto pelo grande capital em curso.

No planejamento governamental, o complexo COHAB-COHATRAC emerge no panorama histórico urbano de São Luís a partir do projeto “desenvolvimentista” das classes dirigentes no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, período da Ditadura Militar. Dessa feita, os projetos políticos e econômicos pensados e alinhados à ditadura no Brasil corroboravam com a mundialização do capital através dos “grandes projetos” para o Nordeste. Nesse contexto, em São Luís, os planos revelaram um crescimento vinculado à perspectiva da modernização urbana responsável pelo falacioso “milagre brasileiro”, conforme expressam Prado e Earp (2003, p. 19):

O período do milagre brasileiro ficou tradicionalmente denominado por constituir uma fase em que a economia do país alcançou altos índices de crescimento para partes da população brasileira, mas ficou também patente que o governo organizou uma base propagandística para divulgar o Brasil em direção ao progresso, dessa forma a expressão milagre brasileiro passou a ser usada com sinônimo de *boom* econômico desde 1968.

Diante disso, observamos que a década de 1960 foi um marco emblemático nos campos políticos, sociais e habitacionais. Nesse recorte temporal, foi criado o BNH, responsável pela gestão do sistema financeiro de habitação, provocando, em São Luís, o começo de uma expansão urbana entre os estuários dos rios Anil e Bacanga, processo que ocorreu subsidiado pelos investimentos advindos do “novo surto industrial”¹² no Maranhão, conforme mostra o mapa abaixo:

Figura 6 – Mapa de São Luís/MA com o estuário dos rios Anil e Bacanga demarcados



Fonte: Google Maps (2022).

¹² Essa terminologia utilizada por muitos historiadores do Maranhão faz referência às similaridades entre o processo industrial dos grandes projetos (VALE e ALUMAR) no Maranhão, nas décadas de 70 e 80, e o processo de “industrialização” ocorrido, no século XIX, com a instalação das fábricas de algodão para atender ao mercado internacional, principalmente a indústria têxtil inglesa.

A construção do Porto do Itaqui materializou a dinâmica do escoamento da produção de minério de Carajás, produção de alumínio com a ALUMAR, fomentando assim o enquadramento na nova dinâmica do Plano Diretor da cidade, reproduzindo a política histórica de segregação espacial através de órgãos como a COHAB/MA, criados para acomodar e manter a “ordem”. Nesse viés, foi delegado a esse órgão o planejamento para as áreas de ocupação da população de baixa renda em São Luís. Vale ressaltar que, dentre os conjuntos habitacionais com números significativos de unidades entregues pela COHAB/MA e BNH, destacam-se o da COHAB Anil I e o do COHATRAC I. Nesse período, construiu-se um quantitativo expressivo de conjuntos habitacionais, entre os quais COHAB Anil, Vinhais, Bequimão e Angelim.

Figura 7 – Mapa dos conjuntos COHAB Anil I, II, III, IV e COHATRAC I, II, III, IV e V



Fonte: Google Maps (2022).

A análise da área demarcada no mapa acima compreende a COHAB (Anil I, II, III e IV) como primeiro conjunto consolidado e que apresenta atualmente em termos densidade populacional o quantitativo de:

[...] 226.209 mil pessoas, o que corresponde a 20% da população do município de São Luís. Essa grande densidade populacional pode ser observada através da espacialização dos dados populacionais do censo 2010 (IBGE, 2010).

Nesse contexto de ampliação das suas adjacências, surgiram “ocupações espontâneas”¹³ e a construção dos conjuntos habitacionais COHATRAC I, no ano de

¹³ Ocupações espontâneas referem-se ao ato ou efeito de ocupação de áreas de forma não planejada.

1978, criado, no governo de Nunes Freire, o único governo que, até então, intercalou a oligarquia Sarney. Ao longo do tempo, o referido bairro expandiu-se, conforme informações trazidas pelo Censo Demográfico de 2010 e, hoje, “tem 7.910 Domicílios Particulares Permanentes (DPP), ocupados por 29.938 moradores” (IBGE 2010).

Vale ressaltar que, segundo Ferreira (2014), nas áreas destinadas a usos, a COHAB Anil se destaca pelo quantitativo de equipamentos urbanos, a exemplo de praças, mercado público, Centro Social Urbano (CSU) e escolas que contribuíram expressivamente como fator de irradiação urbana. Demais ocupações foram se instalando nas décadas posteriores. Desse modo, São Luís passou a ocupar um importante papel no cenário “desenvolvimentista”¹⁴ do Brasil.

Os “grandes projetos” Carajás e ALUMAR modificaram o panorama urbano da cidade, devido ao aumento populacional provocado por homens e mulheres oriundos do interior em busca de trabalho em um fluxo de êxodo rural. Com a instalação desses projetos, essa nova população protagoniza o surgimento dos bairros da COHAB Anil e seus desdobramentos, como o COHATRAC, que se constituiu uma área ampliada de prolongamento desse projeto político-institucional, cujo objetivo era responder à lógica da reprodução do capital:

Em relação à infraestrutura, um dos setores mais visados foi o da habitação, pois o Estado já atuava desde 1977 como promotor imobiliário através da produção de conjuntos residenciais levados a efeito pela COHAB e Cooperativas (Ferreira, 2014, p. 68).

Com a implantação do Projeto Grande Carajás (PGC), que incluiu o Complexo Portuário, a Companhia Vale do Rio Doce com a rede ferroviária, a Companhia Siderúrgica da ALUMAR, assim como os vários projetos industriais, comerciais e de habitação, apresentou-se um fenômeno importante, o “desenvolvimento” da cidade resguardava características de segregação espacial em que as áreas geradas por esse processo apontavam o curso da construção de espaços sociais diferenciados.

A segregação socioespacial torna-se traço marcante na estrutura urbana maranhense. Conforme elucida Ferreira (2014), a produção habitacional, a partir da década de 1970, avança significativamente em razão dos incentivos do SFH por meio do BNH. Essas novas áreas contavam com equipamentos urbanos planejados para casas populares, como eram chamados os conjuntos habitacionais. A COHAB Anil foi pioneira nesse processo habitacional, como apresenta o recorte temporal no quadro

¹⁴ O termo destacado constitui uma crítica ao projeto de expansão da política econômica do governo ditatorial.

ilustrado na figura a seguir.

Quadro 2 – Urbanização em São Luís: períodos para análise

QUADRO REFERÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DOS CONJUNTOS COHAB ANIL PELA COMPANHIA DE HABITAÇÃO BRASILEIRA NO MARANHÃO		
Conjunto	Ano	Unidades Habit.
Cohab - Anil I	1967	505
Cohab - Anil II	1968	516
Cohab - Anil III	1969	1.417
Cohab - Anil IV	1975	1.111

Fonte: Burnet (2008, p. 134).

Importante se faz acrescentar que o surgimento do bairro da COHAB Anil e adjacências resultou do processo de expansão produzido pela veloz demanda da reprodução do capital, em face dos projetos implantados. A área incorporada para a construção dessas moradias assegurava um padrão estético de casas populares com uma infraestrutura básica para habitação.

Casas com dois e três quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala e uma lavanderia, e o bairro contava com uma infraestrutura composta inicialmente por um mercado, uma delegacia, áreas para associação de moradores, igreja, áreas verdes, praças e o elemento simbólico emblemático desse período, o Centro Social Urbano (CSU), equipamento parte do Plano Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU), criados a partir do projeto do governo militar na gestão do Presidente da República General Ernesto Geisel no Brasil como um espaço de controle comunitário.

Posto que expressa a preocupação do regime autoritário no tocante ao que chamavam de “desagregação comunitária”¹⁵, todo planejamento articulado foi com a perspectiva da organização das populações de baixa renda, alocadas em áreas incorporadas com o objetivo “da promoção social” em todas as dimensões humanas. Vale ressaltar, assim, que esse plano governamental foi tutelado e chancelado pelo autoritarismo das políticas planejadas de cima para baixo, como é apresentado na legislação a seguir: Decreto-Lei nº 75.922/1975, Portaria Interministerial nº 53/1975:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o

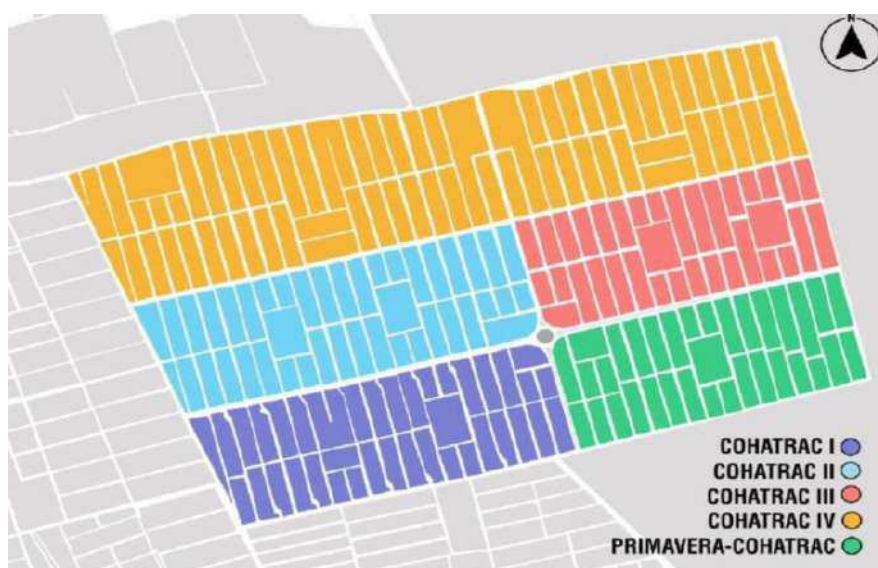
¹⁵ Concerne à perspectiva que o governo militar tinha dos comunitários, os quais habitariam o conjunto habitacional.

artigo 81, item III, da Constituição, DECRETA: **Art. 1º.** É criado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - CSU, com a finalidade de promover a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer (Brasil, 1975, p.6).

Então, todo esse movimento desencadeado pelo projeto de expansão urbana, vinculado ao processo de industrialização no Brasil, trouxe à tona o domínio da política econômica sobre a política social efetiva, em que os aspectos político-ideológicos são preponderantes. Do surgimento de novas áreas para habitação e acomodação social, o bairro do COHATRAC em São Luís/MA emergiu com um perfil de área com vasta abrangência de unidades habitacionais e concentração populacional inicialmente de trabalhadores do comércio, posteriormente diversificada, ressaltando que o conjunto foi resultado do fomento de cooperativa de trabalhadores.

No tocante à estrutura urbana, o bairro COHATRAC foi planejado inicialmente com casas de padrão estético de dois ou três quartos, um ou dois banheiros, uma cozinha, uma lavanderia e uma sala. Juntamente a esse aspecto das unidades residenciais, a morfologia urbana do bairro contemporâneo em destaque compreende: ruas pavimentadas, logradouros públicos como praças, áreas verdes, campos de futebol, quadras poliesportivas, igrejas, escolas, shopping, mercado, supermercado e comércio e empresas em geral. O mapa, a seguir, apresenta um recorte espacial do bairro do COHATRAC.

Figura 8 – COHATRAC I, II, III, IV e V



Fonte: INCID, adaptado por Pereira (2019).

O Complexo COHAB-COHATRAC foi concebido, e a maneira como cresceu é um dado importante para a compreensão dos problemas sociais e estruturais da atualidade, visto que a urbanização está diretamente relacionada à dinâmica cultural da sociedade. Dessa feita, os espaços utilizados, como os das praças, ruas, escolas, áreas verdes e outros, adquirem para seus usuários um significado próprio, evocando sentimento de pertencimento, no qual a luta, os desafios e as conquistas integram a história dos moradores desse complexo habitacional. O mapa abaixo mostra alguns desses equipamentos urbanos públicos livres encontrados no COHATRAC.

Figura 9 – COHATRAC I, II, III, IV e V



Fonte: INCID, adaptado por Pereira (2019).

O complexo COHAB-COHATRAC dispõe de uma infraestrutura urbana que conta com saneamento básico, água e energia elétrica, bancos públicos e privados, equipamentos sociais e urbanos.

Na COHAB, existem oito escolas, sendo uma da rede municipal e sete da rede estadual; uma corporação do Corpo de Bombeiro; um posto do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); duas maternidades públicas; duas Unidades Básicas de Saúde; um Hospital do Idoso, antigo Centro Social Urbano (CSU); uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI); Associação de Moradores; Clube de Mães; Associações de Donas de Casas; uma Delegacia; equipamentos com abrangência no complexo: Centro de Referência da Assistência Social, Conselho Tutelar e Juizado.

Já no bairro do COHATRAC, existem quatro escolas, uma da rede municipal e três da rede estadual; uma Policlínica; uma Unidade Básica de Saúde; uma Delegacia;

um Batalhão da Polícia Militar; quatro Associações de Moradores; duas Rádios Comunitárias, uma em cada bairro; uma rede em franca expansão de empreendimentos comerciais.

Adjacentes ao complexo, existem áreas de ocupação imediata e desordenada com problemas estruturais sérios como: ausência do Estado com implementação de políticas públicas de inserção social, são elas: Vila Isabel Cafeteira, Forquilha (João Paulo II), Chácara Itapiracó, Világio Cohatrac, entre outros. No que diz respeito às questões de mobilidade urbana, atualmente, alguns avanços de infraestrutura foram implementados com o Terminal de Integração Viária, atendendo a anseios históricos dessa população. No entanto, mesmo tendo sido significativos os avanços na malha viária do complexo, ainda persistem problemas estruturais.

Diante do exposto, a cidade se materializa por meio de diferentes expressões concretas, salvaguardando suas especificidades históricas e os desdobramentos da ação humana no lugar. Assim, o Complexo COHAB-COHATRAC vivenciou, ao longo do seu processo de urbanização, transformações significativas no âmbito do capital, posto que o projeto de modernização da cidade, de caráter conservador, legou um planejamento urbano calcado em uma estrutura de poder excludente e centralizadora, que produziu uma severa segregação espacial, configurando novas áreas periféricas.

Logo, a São Luís que foi nascida de um projeto colonial expõe uma trajetória urbana, calcada em sedimentos do seu passado histórico. A cidade se expande no período pós-guerra na lógica do chamado “progresso”, com um alargamento urbano de áreas ocupadas por uma população pobre, resultado da mercantilização do urbano e das políticas governamentais brasileiras alinhadas com o grande capital.

Destarte, a capital maranhense é uma cidade “quatrocentona” que guarda em sua história, uma “modernidade” marcada por relações sociais representadas pelo poder dos latifundiários, pela igreja e pela elite burguesa. Foi uma cidade erigida e consolidada preservando a marca da exploração, opressão, dominação política e econômica como elementos estruturais que acompanharam toda a formação social e a construção discursiva do adjetivo “Atenas Brasileira”¹⁶.

Por conseguinte, a cidade que nasceu na modernidade se vestiu de heranças coloniais e gestou realidades diversas, contraditórias e burguesas, em contraposição à realidade de vilas e povoados de tradições rurais, apresentou características de uma

¹⁶ Denominação dada à cidade de São Luís do Maranhão em função da grande concentração de artistas e intelectuais que nela circulavam a partir do século XIX.

cidade urbana que reunia toda a efervescência comercial projetando um capitalismo comercial voltado para atender ao mercado internacional, uma prática que se repete até os dias atuais.

Atentando para o espaço-tempo das décadas de 1960 e de 1970, foram implementados os projetos capitalistas ALUMAR e Vale, os quais incrementaram a construção dos projetos habitacionais estudados ao longo deste capítulo, a saber, o Complexo Habitacional COHAB-COHATRAC, com suas eventualidades e demandas advindas do processo de expansão urbana na economia de mercado. Nesse quadro, ensejou-se um contexto propício para o surgimento do movimento “Comitê da Praça das Árvores” como instrumento de organização popular para novos arranjos sociais em São Luís/MA.

3 O COMITÊ QUE NASCE NO CHÃO FÉRTIL DA PRAÇA DAS ÁRVORES

3.1 Chão fértil: a gênese e a constituição do Comitê da Praça das Árvores

Elementos comuns na composição das cidades, a praça tem um relevante papel no cotidiano da vida urbana, dos diversos grupos, assim como dos indivíduos. Elas são objeto de percepções, apropriações e interpretações que resguardam uma intrínseca e profunda relação com as áreas que a circundam, com o ambiente, os moradores, os “usadores” e as dinâmicas contextuais da cidade: comércio, mobilidade urbana, entre outras. No cenário dos acontecimentos históricos e políticos da cidade de São Luís, a praça resguarda ser um espaço de materialização de conflitos e contradições inerentes à lógica do projeto capitalista para as cidades, pois:

Ao analisar a cidade capitalista apontamos para alguns traços essenciais de seu desenvolvimento: a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço (Rolnik, 2012, p. 71).

Com a mesma dialética apontada por Rolnik (2012), a Praça das Árvores no conjunto habitacional do COHATRAC se constituiu na luta pelo espaço como um marco traçado por seus “usadores”, em que o espaço público emergiu sob a égide das experiências de usos e apropriação desse pedaço de “chão”. Essa praça, desde 2014, vem experienciando vivências, tensões que apontam seu cotidiano para além de ser um lugar de práticas esportivas, comércio, atividades culturais, passagem e, principalmente, um lócus de lutas e resistências.

Observamos que existe a atuação da comunidade na apropriação e usufruto da praça, na medida em que o projeto urbanístico de São Luís no primeiro mandato (2013-2016), do então prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC), previa qualificação e requalificação dos espaços públicos como foco do programa “Cidade Jardim”. Sobre isso, o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA, 2014, p. 1) pontua que:

O Programa Cidade Jardim é um macroprojeto executado pela Prefeitura de São Luís, por meio do IMPUR, com a colaboração de outras 12 secretarias e fundações da administração municipal, empresas privadas e a população. O objetivo é realizar o paisagismo de espaços públicos da capital. Estruturado em oito eixos [...], o programa pretende alcançar algumas metas, dentre elas, construção e requalificação de 40 praças [...] e o plantio de 1 milhão de árvores.

Como vemos, a expectativa do Cidade Jardim, enquanto proposta discursiva, remete simbolicamente à inclusão da sociedade civil para a efetivação do programa (ANEXO M). Porém, o caso da Praça das Árvores traz a singularidade de ser oriunda

de um TAC, fato que explicita a relação capitalista que permeia as relações de poder na produção do espaço urbano.

A ocupação endógena na nova praça demonstrou que o elemento da participação civil se deu no chão da praça pela iniciativa popular, e não advinda da iniciativa proposta pelo projeto da Prefeitura de São Luís. Segundo observado, houve um processo de mobilização e organização popular voluntária que partiu dos comunitários, objetivando propor a criação de um comitê ou brigada para essa nova praça localizada no bairro COHATRAC IV (ANEXO P), futura Praça das Árvores, como explicitado no texto do panfleto de mobilização no ano de 2014 (ANEXO B).

Em 2012, conforme relato oral¹⁷, foi constatado que o espaço da nova praça era uma área verde sem configuração de praça devido à ausência de infraestrutura por parte dos governos municipais. Apresentava um cenário em que as árvores plantadas por moradores para proporcionar sombra e qualidade ambiental não recebiam o cuidado de poda e roçagem. Nesse ínterim, houve a tentativa do poder público, frustrada pela mobilização dos moradores, em ceder esse espaço público à iniciativa privada para transformá-lo em estacionamento.

A insegurança provocada pelo abandono dessa área, conforme relatado por vizinhos do entorno da nova praça, motivou dois sentimentos paradoxais: anseios e descréditos, os quais permearam os longos anos de espera até 2014. Quando o governo do então prefeito Edvaldo Holanda fechou as tratativas legais, via TAC, com empresários de um grande empreendimento imobiliário no bairro, o que resultou na construção da nova praça, algumas vozes ecoaram logo após a retirada dos tapumes¹⁸ que, simbolicamente, sempre isolaram a comunidade do processo de urbanidade na cidade, como mostrado no Jornal do Bairro de 2017 (ANEXO A).

¹⁷ Os dados coletados a partir dessa entrevista aplicada com os primeiros moradores do entorno da nova praça do COHATRAC IV em São Luís, foram gravados em áudios no período compreendido entre julho de 2022 e março de 2023.

¹⁸ Esse aparato constitui uma estrutura que representa o isolamento e o bloqueio, na medida em que alija a participação da comunidade no processo de planejamento efetivo de uma cidade para e pelos cidadãos.

Figura 10 – A Praça das Árvores como um cinturão verde preservado em meio ao concreto da paisagem urbana do Complexo COHAB-COHATRAC, entregue à comunidade pela prefeitura, em 2014, após primeira requalificação



Fonte: Google Earth (2023).

Dentro desse contexto histórico da nova praça, um importante dado coletado junto aos moradores antigos do entorno dessa área foi a relação de afetividade dos plantadores das árvores que lá se encontram com esse pedaço de chão, atualmente transformado. Essa relação produz sentidos, discursos e memórias, assim como conflitos com a nova configuração desse espaço público e os movimentos sociais erigidos no processo da requalificação.

Figura 11 – Foto panorâmica da Praça das Árvores entregue à comunidade pela prefeitura, em 2014, após primeira requalificação



Fonte: Facebook do Comitê da Praça das Árvores.

A nova praça mostra-se como um lugar que reflete a correlação de forças entre o Estado e as representações políticas que, nesse jogo, disputam lugar no desenvolvimento urbano da cidade de São Luís. Nessa abordagem crítica, que tem como base filosófica o materialismo histórico-dialético nos conceitos socioespaciais, o “lugar” é definido por Santos (1996) como uma totalidade que não se restringe a uma dimensão cultural ou a uma relação social material. Ele não é entendido como um espaço vivido, mas como materialidade e imaterialidade, ou seja, compreende a dimensão do cotidiano, pois “o lugar é a escala da totalidade do cotidiano” (SANTOS, 1996).

Paralelo a isso, a inserção no campo pesquisado apresenta-se como um exercício intelectual para compreender a ação das transformações encontradas nesse chão dialético do pesquisador envolvido no processo. Desse modo, a exemplo do que foi visto no primeiro capítulo desta dissertação, há necessidade de se entender o processo de produção física e econômica da cidade, pois possibilita a compreensão de sua função social, seus espaços e dos sujeitos sociais que a constituem apreendida na dimensão da sua multiplicidade, como discorre Serpa (2021, p. 13):

[...] nós não possuímos apenas um ‘mundo físico’, não estamos apenas em meio aos elementos - a água, a terra, o ar - mas vivemos em um mundo humano, que se cria e reproduz em torno de nós, se revelando a nós como cidades, ruas e estradas, plantações e igrejas [...], apesar de sua ambiguidade esse mundo cultural e humano marca sua presença de modo indelével em nosso cotidiano.

Nesse contexto, a condição da nova praça, calcada na resistência popular, abrigou reflexões sobre a ocupação social, a conservação ambiental e patrimonial do referido espaço e seu uso sustentável. As discussões acerca da possibilidade de uso e apropriação colaboraram para a organização coletiva na comunidade e a criação do comitê. Esse instrumento escolhido por populares no interior da “nova praça” teve como mecanismo metodológico a prática das seguintes etapas: a) sensibilização; b) mobilização popular e c) reuniões.

As fases de sensibilização e mobilização ocorreram de forma concomitante, com participação do grupo de moradores e usuários da praça envolvendo a panfletagem (ANEXO B). Feita de casa em casa no perímetro compreendido de cem casas ao norte, sul, leste e oeste da localização na praça da Rua 01 do COHATRAC IV, objetivando convidar os moradores do bairro a ocupar e debater o cuidado e a preservação da nova praça em assembleias coletivas. A seguir, as reuniões serviram para alinhamento dos pontos de interesse popular; dentre os quais destacaram-se: o

cuidado ambiental com a praça, a preservação e manutenção da infraestrutura do espaço entregue pelo poder público, além de aspectos paisagísticos e urbanísticos.

Dentro da dinâmica de organização dos populares na nova praça, vimos surgir de forma endógena um sentimento de preocupação em continuar com as reuniões e constituir uma comissão para zelar, no sentido amplo da palavra, daquele ambiente. Para tanto, foi formada uma comissão de voluntários constituída por: um coordenador, um vice coordenador, um secretário e membros titulares e suplentes. Dentre as suas atribuições iniciais estavam: elaboração do regimento interno (ANEXO C), registro em ata das assembleias (ANEXO D), registro de frequência nos encontros e planejamento das ações coletivas a serem realizadas no chão da praça.

Vale ressaltar que toda essa dinâmica de ocupação social ensejada pela criação do comitê teve como primeiro impacto significativa redução do fluxo do tráfico de drogas no chão daquela praça. A fase inicial de criação do comitê da nova praça, em 2014, delineou o fazer coletivo com um planejamento criativo e participativo de uma agenda sociocultural e ambiental, cuja finalidade era agregar usuários para o fazer comum nesse espaço urbano. O cronograma de atividades planejadas continha: mutirões de limpeza, cafés compartilhados, almoços comunitários com a perspectiva dessa ocupação sistemática para usufruto social, um dos aspectos trabalhados como objetivo foi, e ainda é, o sentimento de pertença da comunidade de usuários e usuários, conforme percebemos na figura a seguir.

Figura 12 – Reunião do Comitê da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Na trilha desse movimento, as diretrizes traçadas pelo comitê popular foram

norteadoras para as singularidades do processo. Uma dessas diretrizes estabeleceu que todas as reuniões ordinárias (mensais) do comitê seriam realizadas na praça. Esse procedimento garantiu, na perspectiva do comitê, autonomia e inserção na prática coletiva, pois, segundo Lefebvre (2001, p. 52), “a cidade tem uma história: ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados”.

Nesse caminho, houve a integração de ativistas de outras localidades ao movimento gestado pela ocupação socioespacial da nova praça. A paisagem natural daquele espaço, capitaneado por frondosas árvores plantadas pelos moradores do entorno, suscitou no comitê a reflexão acerca da identidade da praça. Sendo assim, foi tomada a decisão de organizar o processo de escolha do nome da referida praça, que passou por votação popular a se chamar “Praça das Árvores”.

Observamos, no decurso desta pesquisa, que o comitê da denominada Praça das Árvores passou a sistematizar, desde 2014, o processo eleitoral para a escolha de seus membros. Para tanto, estabeleceu-se a seguinte metodologia nesse processo organizativo popular:

- a) lançamento do edital de convocação para o pleito eleitoral dos membros da coordenação do comitê (coordenador, vice coordenador e secretário, cada um deles terá um suplente segundo ordem de votação);
- b) publicação do edital nas redes sociais;
- c) qualificação dos eleitores através do autocadastro denominado de “Ficha dos Amigos da Praça”;
- d) avaliação e aprovação do autocadastro pelos membros do comitê;
- e) inscrição do candidato à condição de membro do referido comitê;
- f) homologação das candidaturas;
- g) pleito eleitoral;
- h) posse dos eleitos, de acordo com os ANEXOS E, F, G e H.

No tocante ao decurso processo de escolha propriamente dito, observamos que foram colhidas, pela comissão eleitoral, as assinaturas dos votantes para legitimar a votação e garantir a lisura do processo eleitoral e proceder toda a operacionalização das eleições. Verificamos que o comitê, enquanto movimento, é: endógeno, dialético devido a abrigar diálogos múltiplos e a suscitar pertencimento entre os comunitários; autônomo, por discutir a cidade na perspectiva dos seus cidadãos; constitui uma forma organizativa de pensar a cidade como um direito.

Nessa ótica, Lefebvre (2006) aponta que a população que se organiza para

pensar e resolver problemas de ordem da cidade, a exemplo desses grupos e sua capacidade de incidir com iniciativas de caráter revolucionário na cidade como todo, precisaria buscar estratégias de enfrentar as ideologias hegemônicas no capitalismo, através de proposições de uma ampla reforma urbana. Cabe ressaltar que as ações iniciais de organização na nova praça, agora chamada pelos comunitários de Praça das Árvores, “plantaram” uma nova prática coletiva no bairro.

Por sua vez, Harvey (2014) aponta para uma reflexão necessária acerca do processo de urbanização veloz imposto pelo capitalismo e suas relações de natureza não apenas econômica, mas ética. Ele aborda fundamentos, para pensarmos a cidade que queremos, e as relaciona com as pessoas que queremos ser, como desejamos viver e diz que o direito à cidade é coletivo, e não só uma vontade individual. Nesse sentido, o objetivo de um espaço transformado para novos usos e desenvolvimento comunitário foi conformando o comitê em um exercício comunitário, levantado no bojo dos discursos políticos de 2014 e estabelecendo um olhar sobre os espaços públicos como possibilidades de múltiplas apropriações.

3.2 A construção do comum no chão da Praça das Árvores: o comitê como instrumento de ação e ativismo comunitário

A ideia do “comum” como uma prática dialética ocupa um espaço de interesse científico, tanto no aspecto semântico quanto no imaginário político que embasa os movimentos sociais voltados à perspectiva societária antcapitalista, que aponta alternativas para a vida em sociedade em contraposição à lógica proposta pela reprodução do capital. Entre o discurso e a prática, o direito à cidade passou a compor o conteúdo dos movimentos ativistas no cenário urbano, sendo um aspecto observado no campo de estudo do urbano na contemporaneidade.

A reflexão acerca de movimentos sociais e movimentos populares coletivos denota aspectos de diferenças que se norteiam tanto por elementos que emanam da expressão subjetiva, que diz respeito à participação ou não, quanto por objetivos que remetem à má formação de uma sociedade organizada, cujo processo demanda pessoas engajadas. Dessa maneira, o que ocorreu, e ainda ocorre, no âmbito do Comitê da Praça das Árvores envolve a existência de um movimento coletivo e um movimento social, pois o que foi gestado no chão da praça resguarda características contidas nos dois conceitos, a exemplo do ocorrido na praça do COHATRAC IV.

No ano de 2014, não foram apenas manifestações públicas esporádicas, foi a organização popular para atuar de forma sistemática a fim de efetivar a ocupação social daquele espaço público. Esse movimento configurou-se com característica de organização e continuidade. Pensar o “comum” no urbano, a partir da apropriação dos usos na Praça das Árvores, revela um “comum” compartilhado, usado e gerido por seus “usadores” organizados em comitê independente da outorga estatal.

Na Praça das Árvores, desde 2014, existe um viés político sendo construído a partir do “comum” como práticas que enfrentam os modelos de organização privados e estatais. Nesse chão de fazeres conjuntos, há uma frente de lutas antineoliberais, em que as bases para a construção da democracia passam pela apropriação da cidade pelo capitalismo. Nesse sentido, os espaços públicos são arenas do “comum”, nas quais a ocupação emerge como estratégia real do “agir” democrático.

Desse modo, a Praça das Árvores foi tornando-se gradativamente um lugar de mobilização e organização popular frente às práticas da administração pública de São Luís. O Comitê da Praça das Árvores foi, conforme demonstrado no tópico anterior, pensado para a autogestão comunitária, na medida em que, como explicitam Laval e Dardot (2016, p. 519):

O comum tal como entendemos, significa sobretudo autogoverno dos seres humanos, das instituições e das regras criadas para ordenar suas relações mútuas. Está, portanto, enraizado na tradição política da democracia, em especial a experiência grega.

Observamos que, para os autores, o comum representa uma dimensão que perpassa pela perspectiva dialética do espaço social contemporâneo. Ao longo de anos de história comunitária do Complexo COHAB-COHATRAC, identificamos que os espaços públicos livres, até 2014, não exerciam centralidade no cenário de usufruto comunitário. A perspectiva do “comum” como resultado de práticas coletivas ganhou força e expandiu-se com a ocupação organizada em comitê a partir da experiência da Praça das Árvores.

Por essa vertente, a análise proposta por Hardt e Negri (2016) possibilitou compreender que o espaço em questão é um ambiente diverso e múltiplo, em que as contradições e antagonismos refletem a produção do espaço capitalista e dão lugar a outra lógica do uso coletivo de caráter endógeno e democrático, cuja materialização se concretiza nas práticas que objetivam trabalhar e viver em comum.

Para a construção do “comum” no chão da praça, é necessário o entendimento dos sujeitos sociais que atuam no processo organizativo. Em 2014, esse movimento

comunitário espontâneo surgido no bairro do COHATRAC IV, acendendo a centelha do debate a respeito do “nós nas praças”¹⁹. A organização comunitária, em estado de arrefecimento, voltou a efervescer com o Comitê Popular na Praça das Árvores, pois os “espaços não são constituídos, só para passagem de pedestres e carros, eles cumprem um papel importante, na medida que a relação entre os sujeitos com o lugar se estabelece” (Rolnik, 2015, p. 9).

Retomando o sentido evidenciado por Rolnik, em que espaços públicos, como as praças, são território, e seu uso e apropriações são elementos essenciais para a construção identitária, a Praça das Árvores, por sua vez, constituiu-se um território efetivamente a partir do ano de 2014, quando o debate suscitado com as intervenções governamentais e comunitária propiciou a criação do instrumento chamado “Comitê de Praça” como metodologia para usufruto dos referidos espaços públicos.

Ademais, um dado interessante é que a ação da administração municipal que requalificou esse espaço urbano não garantiu a ocupação coletiva e organizada dos frequentadores. O objetivo da produção de um espaço transformado para novos usos pressupõe também a construção de uma perspectiva societária no sentido político. Mesmo que isso se apresente como foco de segundo plano, existe a necessidade de serem retomadas as lutas populares diante dos avanços das políticas neoliberais. O caminho democrático de ocupação da cidade como um direito ganhou forças também nas ruas, nas áreas verdes do bairro, em várias praças da cidade de São Luís.

Seguindo essa linha pensamento, Harvey (2014) aponta para o ressurgimento dos movimentos sociais urbanos, a partir das lutas urbanas. Para o referido autor, assim como para Lefbvre (2014), a busca pela construção do direito à cidade passa pelo entendimento de que se vive em cidades doentes, e a São Luís, em 2014, pode ser incluída nesse prisma, uma vez que suscitou movimentos coletivos com pautas urbanas que reivindiquem a participação da população, posto que a pauta sobre a cidade é historicamente definida pelo poder público, sem diálogo com a população. Ressalta-se que as demarcações urbanísticas oficiais (poder público) trazem muitos conflitos, pois essa é uma arena que apresenta múltiplos sujeitos sociais, com usos e apropriações diversas objetivadas por variados interesses.

Com o comitê constituído, observamos que os comunitários passaram, então, a desenvolver uma gama de atividades realizadas na Praça das Árvores, através de

¹⁹ A ideia aqui posta refere-se à participação coletiva incluindo esta pesquisadora nos debates sobre a praça e na praça.

uma dinâmica de convivência, usos e apropriações diversas e complexas, uma vez que envolve sensibilização, mobilização e articulação para as realizações.

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança, a necessidade e a necessidade de aventura, da organização do trabalho e a do jogo, a necessidade de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento de encontros, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação (Lefebvre, 2001, p.105).

Lefebvre (2001) aponta para algumas necessidades patentes na sociedade, e paralelo a isso, verificamos que a Praça das Árvores atrai usadores e usuários para as atividades e vivências do cotidiano daquele espaço público, reverberando para além dos limites físicos da praça. Nesse sentido, os fazeres na praça, pela ação do comitê, estão vinculadas às necessidades sociais, visto que possuem um fundamento antropológico, opostos e complementares, compreendendo que a cidade se estrutura a partir de elementos que lhes configuram forma, arranjos e significações.

Destarte, a Praça das Árvores no COHATRAC IV congrega paisagem urbana e paisagem cultural, pois as atividades coletivas resguardam fatos relevantes para a (re)construção da cidade. Nessa concepção, Gohn (2015) aponta que “as praças [...] foram ressignificadas. Tornaram-se pontos culturais de atuação, local de circulação de jovens, readquirindo antigas funções de sociabilidades e convivência social”, como demonstra a figura a seguir:

Figura 13 – Atividade cultural (canto-coral) realizada no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Tendo em vista a proposta de ocupação social, o comitê popular estabelece uma conversa com os entes sociais públicos e privados no bairro. Intentando incitar uma reflexão sobre o aspecto ambiental e social na Praça das Árvores e, em uma

disposição pioneira, propôs o projeto intitulado “Jardinagem Pedagógica” em março de 2017, cujo objetivo é dedicar-se às áreas temáticas nos campos da: Psicologia, Filosofia, História, Geografia, Biologia, Língua Portuguesa e interartes; pautado na cidadania, na pluralidade social e na educação ambiental. Nesse sentido, estimula-se o potencial educativo da Praça das Árvores, como é possível verificar nos ANEXOS I e J, e demonstrado nas figuras a seguir.

Figura 14 – Jardinagem Pedagógica com moradores (membros do Comitê da Praça das Árvores e grupo de adolescentes escoteiros)



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Figura 15 – Jardinagem Pedagógica com moradores (membros do Comitê da Praça das Árvores e crianças de escolas adjacentes)



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Figura 16 – Rotina Jardinagem Pedagógica entre moradores membros do Comitê da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

As intervenções de cunho sociocultural na Praça das Árvores incluem conceber a praça como lugar de conhecimento, o que possibilitou a esse espaço vivenciar um momento histórico de extensão científica diante da parceria entre ciência, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e comunidade. Tal parceria se deu com a realização de ciclos de palestras acerca de plantas medicinais, um acontecimento permeado pela ideologia popular de pertencimento e organização de base, como pode ser verificado no comentário de Rocha Filho (2016), segundo o qual um evento dessa magnitude pode mudar a realidade local, principalmente por propor uma alternativa viável para o desenvolvimento da comunidade, gerando uma melhora significativa na qualidade de vida das pessoas.

Figura 17 – Atividade ciência no chão da Praça das Árvores e roda de conversa com a Profa. Dra. Terezinha Rego – UFMA



Fonte: Facebook da Praça das Árvores.

Trocas de conhecimento como essas vivenciadas na Praça das Árvores fortalecem a democratização dos saberes. Além disso, a agenda anual planejada pelo comitê da praça inclui uma atividade anual de relevância: a realização de um grande painel multicultural chamado “Empório Cultural” (ANEXO L), com atividades de cunho artístico e literário: cordel, poesia, rodas de leitura, contação de histórias, lançamento de livros (ANEXO N), teatro, exposição artística, oficinas pedagógicas (brinquedos matemáticos com materiais recicláveis, exposição de permacultura, plantio e compostagem, grafite, feira de artesanato, canto, coral, carreata literária – ANEXO O), concurso anual de fotografia para a prospecção de produtos sociais como calendários, canecas e camisetas (ANEXO R e S), mutirão de limpeza, plantio, podas, regas e reformas de canteiros, conforme figuras que seguem:

Figura 18 – Recital de cordel em evento “Noite Caipira” no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 19 – Roda de leitura e contação de histórias no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 20 – Oficina de brinquedos matemáticos de recicláveis no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 21 – Performance teatral “Menino do dedo verde” – atividade do Empório Social: Mundo Infantil no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 22 – Plantio e compostagem no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 23 – Oficina de permacultura no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 24 – Oficina de grafite no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 25 – Feira de artesanato no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2022).

Figura 26 – Mutirão no chão da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2023).

É importante ressaltar que esse espaço público, enquanto chão de vivências e práticas sociais, é solo fértil para a qualidade de vida, saúde, entretenimento, convívio social e debates de cunho político pela via de mobilização do Comitê da Praça das Árvores. Essa mobilização coletiva chegou ao conhecimento do poder público municipal, em uma correlação de forças, próprias do Estado capitalista.

Assim, percebemos que o projeto de governo “Cidade Jardim” se alinha à perspectiva política da apropriação discursiva do urbano permeada por antagonismos e tensões. A dimensão estética do embelezamento da cidade de São Luís proposta pelo referido projeto da prefeitura municipal foi elaborada sem propriamente dialogar com os cidadãos, pois:

Para o capital, a cidade é ‘objeto e meio de realização de lucros de toda ordem (condição geral de reprodução)’, é a referência principal em que são investidas significativas quantias de capitais tanto privado quanto sociais (Moraes; Costa, 1987, p. 91).

É oportuno citar que, na dinâmica desse movimento popular, articulado como comitê instituído, os fatos apontam para uma relação paradoxal em que a harmonia e as tensões compõem a conjuntura dessa relação social. Se do lado dos comunitários buscou-se construir uma força popular autônoma com o Comitê da Praça das Árvores; do outro lado, o poder público instituiu o discurso popular tutelado²⁰. Sobretudo, pelo Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), busca-se uma inserção direta na formação dos comitês com a presença de representantes desse órgão nas reuniões coletivas, impactando diretamente na autonomia relativa do Comitê da Praça das

²⁰ Refere-se ao *módus operandi* do poder público no processo de sujeição, maquiado pelas forças do poder político cancelados pela lógica do capital.

Árvores no contexto urbano de São Luís, uma vez que:

Participando deste momento global, os comitês de cidadão passaram da assistência à reivindicação e seus quadros transformaram-se, progressivamente, ao mesmo tempo, em termos de recrutamento (cada vez havia mais estudantes politizados que desejaram “ir ao povo”) e do ponto de vista da sua orientação: a política lhe parecia uma sequência lógica das lutas parciais dos bairros (Castell, 2020, p. 500).

Com efeito, a referida praça, através do seu exercício próprio, mostra caráter endógeno de sua metodologia de ação, muito embora as contradições inerentes ao sistema capitalista direcionem as práticas sociais nesse espaço. As implicações tanto municipais quanto locais, no que tange ao papel de comitês de praças, merecem ser ressaltados. No tocante ao âmbito municipal, o discurso governamental foi de total apoio e as parcerias para a “promoção da qualidade de vida” aos comunitários desse complexo.

Entretanto, o que se expôs foi uma ação política com traços clientelistas como demarcador das intervenções concretas do poder público no comitê. Paralelo a isso, é possível elaborar a dimensão que essa forma de organização e “gestão popular”²¹ dos espaços públicos vem difundindo em São Luís. Essa mobilização, articulação e difusão de ideias, a partir dessa prática social, podem ser embasadas na reflexão:

Como sabemos, o mundo, como um conjunto de essências e possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modo específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade – mundo, da qual são formas particulares (Santos, 2015, p. 12).

Nessas condições, compreendemos a ação do poder público de formular o Decreto Municipal nº 47.294/2015, dispensando a participação popular organizada. Tal situação evidenciou a negação do direito preconizado no Estatuto da Cidade, a saber, no tocante ao que dispõe o cap. III, art. 40, § 4º, inc. 1º do Plano Diretor: “I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade” (São Luís, 2015). Assim, esse decreto estabeleceu uma “certa legitimidade”²² do Comitê da Praça das Árvores, demonstrando, no discurso, a intenção de cercear a organização como uma frente de ocupação social.

²¹ Trata-se do conjunto de ações de cunho popular articuladas coletivamente para ocupação e usufruto social da praça.

²² O fato de construir um discurso contraditório por outorgar uma legitimidade popular ao Comitê da Praça das Árvores ao mesmo tempo em que cerceiam a organização popular.

3.3 Ativismo e mobilização: espaço pelas mãos dos sujeitos e as relações sociais brotadas no chão da Praça das Árvores

A construção da Praça das Árvores, em 2013, e entrega à comunidade, em 2014, representou o discurso da aliança entre projeto político da gestão municipal e interesses do capital privado no espaço urbano. Simbolicamente, tais equipamentos urbanos representam uma “carta na manga” para os projetos de interesse políticos na cidade.

Dessa maneira, com a expansão urbana de São Luís, o Complexo COHAB-COHATRAC ocupou lugar no discurso oficial, de bairro de classe média no contexto de contradições e antagonismos que o processo de produção de urbanização impõe. No Brasil, o período pós-ditadura trouxe, com a redemocratização, o surgimento dos movimentos sociais em diversos campos. O significado do termo “ativismo” ganhou dimensões na conjuntura sócio-histórica e envolveu uma prática que o caracterizou dentro da sua complexidade, que são as manifestações demonstradas nos espaços públicos. Ao longo da história, essa forma de demonstrar politicamente as diversas lutas sociais não mudou.

A luta pela transformação social é permanente. Hoje, o ativismo traz no bojo o caráter múltiplo das formas de se expressar. O ativismo aqui exposto se inscreve no escopo da história do Maranhão, em que a tradição de mobilização assume várias expressões, objetivando a precipitação das mudanças nos padrões que o capitalismo impõe. É possível dizer que, em nossa cidade, assim como no Brasil, as iniciativas e proposições visando à promoção de mudanças no plano político, econômico e social foram promovidas a partir do Estado, ou seja, direcionadas pelas classes dominantes e, assim, excluindo a participação do povo.

O embate pelo poder do Estado e seu processo de conquista envolve também a luta pela hegemonia, confronto de ideias, cosmovisão e ideologias dos políticos em disputas. Esse processo, de acordo com Gramsci (1975), é uma perspectiva que objetiva destacar a dialética entre o Estado/ sociedade política e a sociedade civil, para Gramsci a força protagonista dos grupos subalternos, associada à vontade coletiva gestará uma sociedade autodeterminada, em que, os elementos coercitivos tendem a diminuir, dada a visão democrática de “consenso permanentemente ativo” entre Estado e Sociedade civil. Em que, a conquista de hegemonia se dá pela tomada de poder e fundamenta-se, entre outros, pela concepção de persuasão permanente e pela reforma intelectual, cuja batalha se dá no campo cultural. Gramsci aponta,

uma reflexão profunda que se aplica muito bem para a análise do objeto deste estudo que é o arrefecimento popular, a omissão do partido político e a burocracia estatal como variáveis que fortalecem o Estado, e impedem o surgimento de forças opositoras ao sistema.

Onde a força da vontade pode ser aplicada mais fecundamente [...], quais operações táticas, que tipo de campanha de agitação política, qual linguagem melhor compreendida pelas multidões etc. O elemento decisivo de toda situação é a força permanentemente organizada [...]. portanto, a tarefa essencial é a de se dedicar sistemática e parcialmente a formar, desenvolver, tornar cada vez mais homogênea, compacta, consciente de si essa força (Gramsci, 1975, p. 1588).

O questionamento sobre a perspectiva do planejamento urbano e o alijamento da população no processo vem à tona e possibilita pensar novas alternativas de organização desse espaço urbano. Nesse contexto, o movimento ativista urbano se coloca na defesa de um protagonismo do sujeito social, em que a participação é base para uma ação coletiva contundente.

Na cidade de São Luís contemporânea, movimentos sociais, como o surgido em uma praça no bairro do COHATRAC, compreendem causas amplas e complexas com reverberação local, em que cidadãos, por meio da mobilização social de cunho coletivo, buscavam, e continuam buscando, a efetivação de direitos sociais básicos. Para tanto, a compreensão acerca da cidade que este estudo se pautou entende que não há uma única teoria e que muitas perspectivas teóricas que buscam defini-la merecem atenção, quais sejam, entre outros, a de Lefebvre (2001), em que a cidade é a projeção da sociedade, e a de Rolnik (2012), em que a cidade é arena de relações de poder, no entanto os traços urbanos são “[r]egistros de sua própria história”.

Dessa forma, com base na vivência do Comitê da Praça das Árvores, emerge um movimento espontâneo, endógeno e que entende a cidade em uma perspectiva do direito, habitável a todos seus cidadãos. Cabe ressaltar que, durante a pesquisa, nos deparamos com práticas de valorização de vivências, conhecimentos e resgate do sentimento de pertença comunitária. O processo organizativo estudado aponta para a via de projetos societários alternativos criativos, em que a mobilização popular, a pressão do debate, a organização para a reflexão e crítica sobre o projeto capitalista e todos os seus mecanismos de reprodução, de modo que estes sejam confrontados, fazem parte da dinâmica do movimento que o referido comitê popular ensejou.

A configuração do movimento envolve uma pluralidade de atores políticos, uma organização em que elementos como “autogestão” e “autoconvocação” formatam esse movimento insurgente. Como vimos no capítulo anterior, não é possível negar que a expansão urbana das cidades e o “desenvolvimento” proposto pelos projetos

governamentais geram múltiplos conflitos em disputa pelo espaço, haja vista que o avanço do capitalismo tem exposto cidades seletivas e excludentes. Por conseguinte, compreendemos a necessidade de (re)conceituar classes populares como cultura da população subalternizada, para que se possa viabilizar as mudanças dessa realidade globalizada e projetada pela ação política neoliberal.

A preocupação desta pesquisa em situar a Praça das Árvores no bairro do COHATRAC IV se dá na perspectiva de perceber o mundo a partir de pessoas com suas experiências locais, refletindo e transformando esse lugar dentro da visão do mundo global. Cada experiência vivida na praça pelo comitê, nesse tempo presente, faz desse lugar um “chão de significados”, em que histórias foram, e são, vividas no campo coletivo, cujo objetivo é o fazer comum dentro de uma realidade contraditória.

Nesse cenário urbano, a Praça das Árvores já se apresenta como parte do imaginário em construção no bairro, visto ser um espaço onde os usos passam pela apropriação dos seus usuários. Um espaço público em que se percebeu, durante a pesquisa, o acirramento entre as forças que constituem as relações de poder nessa “arena”, quer sejam da esfera de governo, quer sejam por parte da gestão popular. À vista disso, o movimento do Comitê da Praça ganhou uma dimensão para além do seu chão, cujo modelo de ocupação social se deslocou para outros bairros da cidade.

É oportuno ressaltar que, para o grupo de ativistas do Complexo COHATRAC, o movimento que nasceu na referida praça ganhou legitimidade e reconhecimento, embora nesse fenômeno vale destacar um paradoxo: o entorno da praça não aderiu na totalidade de seus moradores, caracterizando uma indiferença que corrobora com a reflexão acerca das contradições inerentes à condição de espaço produzido, pois, segundo Harvey, em seu livro *Cidades rebeldes*:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos, além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo (Harvey, 2014, p. 28).

Em espaços como esse, o conflito percebido advém da apropriação que cada um elabora sobre o processo de ocupação da praça. Ela reúne uma população de usuários que (re)cria formas de organização, vivências e sociabilidades. Como tal, a cidade, a praça e o comitê trazem à baila contradições, disputas, relações de poder, interesses socioespaciais e resistências contra-hegemônicas. O movimento ativista na Praça das Árvores nesses nove anos planejou(a) metodologias de ações para a

ocupação e usufruto social, a exemplo da agenda sociocultural anual que objetiva o fortalecimento da cidadania.

No planejamento da rotina da referida praça, o mutirão de limpeza, as oficinas socioambientais, a jardinagem pedagógica, o Empório Social e os debates políticos sobre a cidade são, dentre outros, passos importantes desse movimento coletivo. Vale lembrar que o grupo que iniciou o processo de criação do comitê era tímido, possuía poucos participantes, todos os usuários desse espaço público para prática de diversas atividades físicas. A ideia advinda dessa prática foi, então, a de ocupar com vivências integradoras e planejadas para a conservação do equipamento urbano. Ao longo dos anos, esse instrumento organizativo ganhou forma e conteúdo.

4 LIMITES E CONQUISTAS DA EXPERIÊNCIA DO COMITÊ: um “movimento” em movimento

Como já citado, no espaço público da cidade, os grupos de comunitários ativistas promovem atividades que são apropriadas pelo poder público, ou porque estes constroem discursos clientelistas ou como mercado, que vê nos movimentos ativistas um lugar de reprodução do capital. Um exemplo é a política de licenciamentos para uso das praças em São Luís. Dessa feita, como citado nos capítulos anteriores, a forma como o Comitê da Praça das Árvores interagiu com o poder público, mediante o IMPUR, foi através das decisões oficiais e imposições políticas orientadas para a garantia da manutenção do poder e da ordem.

Ao longo desses anos de lutas e resistências, entre 2014 e 2022, houve a insatisfação dos frequentadores desse espaço público com “modelo de gestão municipal”. Tal insatisfação, seja do usuário praticante de atividades físicas, seja do usador coletivo, fez efervescer o movimento surgido na Praça das Árvores, de modo que um dos aspectos observados e questionados pelo grupo foi, e é, a participação da população no debate sobre a cidade, visto ser essa a forma proposta tanto pelo comitê quanto aquela prevista pela legislação no Plano Diretor da Cidade vigente para se relacionar com o poder público.

4.1 “Caminhanças”: quando a praça sai do chão

A perspectiva do fortalecimento coletivo no comitê da praça, visando a buscar diálogo e soluções para demandas surgidas no decorrer do processo de demarcação popular no bairro do COHATRAC IV, gerou um movimento urbano com voz capaz de ressoar no campo político institucional, em que a relação entre o poder público e esse movimento erigido no “chão” da praça tornou-se relevante para a pesquisa, visto que o grupo de ativistas que plantou e semeou a ideia de ocupação social daquele espaço público tinha uma composição diversa de atores sociais voluntários.

Para compreender esse processo aqui descrito, a Praça das Árvores sofreu intervenções significativas como parte do projeto político municipal. No primeiro mandato do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, de 2013 a 2014, foi qualificada como “praça”, contando com um inventário patrimonial natural representado por árvores nativas, uma horta, dez canteiros ajardinados e um inventário mobiliário urbano que

contava com: 9 mesas grandes de cimento, 18 bancos, 15 papeleiras grandes ao longo de toda a praça, ferramentas de plantio e podas, carros de mão, cavadores, equipamentos para regar e lugar de guardar os utensílios usados para o cuidado e a preservação do referido espaço público. Já no segundo mandato, paradoxalmente, a Praça das Árvores teve sua estrutura recém-construída, demolida pelo poder público para um “novo” projeto, e passou por uma requalificação.

Figura 27 – Maquinário da Prefeitura de São Luís durante o processo de demolição da Praça das Árvores para a “requalificação”. Ao fundo, braço mecânico retira um dos bancos ainda em bom estado de conservação



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2020).

Figura 28 – Containers da Prefeitura de São Luís durante o processo de demolição do piso da Praça das Árvores para a “requalificação”



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2020).

Figura 29 – A requalificação da Praça das Árvores pela prefeitura removeu os canteiros plantados e cuidados pelos moradores do entorno da praça e pelo comitê



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2020).

Figura 30 – Moradora e membro do Comitê da Praça das Árvores perplexa com o cenário de destruição na Praça das Árvores.



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2020).

Figura 31– Cenário dos severos impactos ambientais na Praça das Árvores durante o processo de “requalificação”



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2020).

Diante desse cenário contraditório, o discurso do “novo” se apresenta

historicamente em uma relação preposta por Marx (1996): o valor de uso e o valor de troca. Nessa perspectiva, os antagonismos se acirraram durante o processo de demolição de alguns componentes do inventário patrimonial da Praça das Árvores. Os ativistas, membros do comitê, detectaram que houve violação do equipamento público em sua estrutura física e ambiental, a saber: mesas e bancos de concreto, árvores nativas, hortas, jardins, canteiros e papeleiras, conforme mostra o inventário patrimonial feito pelo Comitê da Praça das Árvores, antes da intervenção da Prefeitura de São Luís, vide o quadro a seguir:

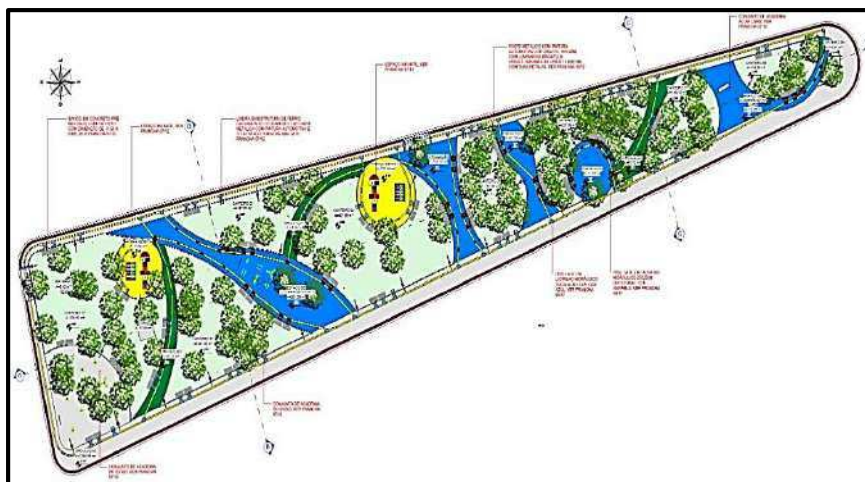
Quadro 3 – Inventário patrimonial realizado em 2020 pelo Comitê da Praça das Árvores antes da segunda intervenção da Prefeitura de São Luís

ITENS PATRIMONIAIS DA PRAÇA DAS ÁRVORES	
ITEM	QTD
Academia do idoso 6 peças	1
Academia do idoso 9 peças	1
Área de barras fixas (madeira) 3 peças	1
Banco sem encosto	13
Bancos com encosto	56
Mesa	6
Papeleiras	11
Playground	1
Poste com luminárias duplas	37
TOTAL	127

Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2020).

Paralelamente à intervenção do poder público, observamos significativo arrefecimento — desmotivação dos membros do comitê após a intervenção por demolição dos espaços cuidados afetivamente pelos comunitários — no movimento popular, isto é, no Comitê da Praça. Entretanto, a reação do comitê veio na forma de enfrentamento organizado coletivamente, em que os militantes oficiaram ao poder público para dialogar sobre as violações sofridas naquele espaço público organizado em comitê, vide ANEXO S. Logo após a pressão feita pelo comitê, a prefeitura marcou uma reunião na Praça das Árvores, com a demolição em andamento, para prestar as explicações reivindicadas pelos comunitários, e, nessa ocasião, foi apresentada a “nova” planta baixa da praça em questão.

Figura 32 – Planta baixa da “nova” Praça das Árvores, apresentada pela Prefeitura de São Luís ao Comitê de Praça em 2020



Fonte: Facebook da praça das Árvores (2020).

Convém ressaltar que, nesse cenário de antagonismos e contradições que a produção do espaço urbano requer, a praça, requalificada em 2020, resguarda em sua história traços de resistências e protagonismo comunitário. Ainda que o projeto proposto pela prefeitura tenha sido executado, as proposições interpostas pelo Comitê da Praça das Árvores influenciaram na revisão do projeto da planta da praça, reinserindo equipamentos estruturais originais, como mesas e bancos, essenciais para as práticas coletivas naquele espaço público livre.

Todo esse contexto se agravou com a pandemia da Covid-19, que dizimou parte da população brasileira e mundial e acabou funcionando como estratégia de contenção da atuação do Comitê na Praça da Árvores, haja vista que as violações, nesse espaço público livre, estavam em franca execução. Ante essa situação, esse movimento popular ressignificou suas práticas coletivas utilizando-se das tecnologias digitais para a realização das reuniões deliberativas, pois as contradições impostas pelas relações capitalistas exigiam ações de enfrentamento ao desmonte social, ambiental e patrimonial ocorrido no “chão” da praça, impactando significativamente não só nas relações afetivas, vivências, sociabilidades, sentimento de pertença e construção identitária dos usuários, mas também na história e memória do bairro COHATRAC IV.

Figura 33 – Reunião virtual do Comitê da Praça das Árvores durante a pandemia de COVID-19.



Fonte: Facebook da Praça das Árvores 2020

Em contraposição ao imposto pelo projeto de governo neoliberal, o movimento de resistência coletiva propôs uma ocupação social para usufruto da praça que primasse por práticas com relativa autonomia. O movimento resistiu ao assédio de diversos interesses, de candidatos e políticos de mandato, que, no decurso desses nove anos, com a expansão da ideia de comitês, fizeram com que muitos espaços públicos fossem apropriados para fins eleitorais, onde atividades físicas e artísticas²³ funcionaram como “moeda de troca” nessa lógica da produção do espaço.

O uso da Praça das Árvores como “chão” de manifestação e organização popular apontou para um movimento dinâmico, cujo fazer germinou em outros “chãos de praças”. Nesse contexto, o número de comunitários ativistas nos espaços públicos estimulados pela experiência do comitê, no COHATRAC IV, cresceu e ganhou força. A prefeitura, que procurava conduzir o processo de intermediação com a população nas demandas infraestruturais, não ficou alheia ao fenômeno social egresso da organização popular e buscou intervir, participando das reuniões comunitárias, o que não garantiu representatividade da população nas decisões planejadas pelo poder político.

Após a criação do Comitê da Praça das Árvores, o governo municipal, munido de informações sobre o processo de ocupação e usufruto social da referida praça,

²³ As atividades físicas e artísticas realizadas nas praças do complexo COHAB-COHATRAC, exceto na Praça das Árvores, foram a Zumba, pequenos campeonatos de futebol “travinha” e festas juninas subsidiadas pela iniciativa privada.

implantou o chamado “Comitê Gestor”²⁴ como prerrogativa institucional do governo, estabelecendo um aporte normativo, a saber: modelo de regimento interno e decreto municipal que visava regulamentar esse instrumento organizativo. A pesquisa de campo revelou subjetividades percebidas nesse processo pelos integrantes do comitê, ao tomar conhecimento do teor do decreto municipal que, em seus artigos, tentou cercear a participação do Comitê da Praça das Árvores na formação de outros comitês em outros bairros, visto que o movimento de organização comunitária do COHATRAC IV suscitou grande procura para entender o processo e como proceder para ocupação dos espaços públicos demandados pelos comunitários.

Na ocasião, o tema foi objeto de muitas inquietações e anseios. No Complexo COHAB, foram muitas praças e até terrenos baldios, buscando se organizar para pleitear a “qualificação” do equipamento público e, até mesmo, construir em áreas usadas como lixões, como foi o caso da Praça Manoel Júnior, que, de lixão, passou a ser uma praça com usufruto social logo após a organização. Nessa conjuntura, o movimento chegou a sete comitês organizados a partir do modelo criado pela Praça das Árvores.

Figura 34 – À esquerda – mutirão de limpeza do terreno baldio para funcionamento do Comitê da Praça Manoel Júnior na COHAB Anil II, Avenida IV; à direita – atividade de contação de histórias



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2015).

Podemos dizer que, ao contrário da ordem imposta, nos espaços de fluxos, o

²⁴ Decreto nº 47.294, de 12 de agosto de 2015, de criação dos “comitês gestores” pela Prefeitura de São Luís, publicação feita no Diário Oficial do Município, fato que institucionalizou os comitês das praças do Complexo COHAB-COHATRAC.

programa de governo “Cidade Jardim”, criado na primeira gestão do então prefeito Edvaldo Holanda Junior, em 2014, propunha apenas reformas, paisagismos nos espaços públicos, no entanto a implantação do referido programa não incluiu a participação popular no planejamento das ações para o bairro, como propõe o Plano Diretor da cidade.

O Comitê da Praça das Árvores, ao longo desses anos de presença e atuação, fez o enfrentamento às estratégias de cooptação e de cerceamento da organização comunitária pelo poder público, que impôs a elaboração de um pré-requisito para a composição dos membros dos comitês, pois, no Decreto Municipal nº 47.249/2015, há menção a uma regra orientando a participação.

No contexto do decreto, uma pessoa só poderia participar de um comitê popular, mesmo que tivesse disponibilidade de tempo para exercer essa forma de cidadania, liberdade de expressão e participação, perspectiva que não corresponde ao direito constitucional do cidadão. A elaboração do regimento e do decreto municipal do Governo Edvaldo representou a correlação de forças entre o novo movimento nascido no chão da praça e as velhas práticas políticas de mercantilização do espaço público, uma vez que:

[...] pelos atores hegemônicos e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonzados, nos espaços banais se recria a ideia e o fato da política, cujo exercício torna indispensável, para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica. Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação as novas formas de existência (Santos, 2015, p. 111).

Nesse íterim da pesquisa, percebemos que o diálogo com as secretarias para pleitear respostas de demandas específicas era intermediado pela presidência do IMPUR. À vista da novidade na praça, o comitê iniciou a sistematização das ações planejadas para o uso do espaço, criando metodologias de ação coletiva como alternativas para a construção desse “novo” lugar no mundo, no sentido político e cidadão. Os relatos dos membros do comitê demonstraram que a articulação entre os instrumentos de gestão foi balizadora para a dinâmica do movimento. Consoante ao relato do coordenador e membro fundador, Camilo Rocha Gomes Filho (2022):

Esse processo de organização coletiva na praça, foi fruto de experiências anteriores a exemplo da luta pela implantação do Conselho Tutelar COHAB-COHATRAC. Quando o comitê foi pensado, nós nos reunimos na praça para planejar como iríamos fazer para conseguir adesão. Então organizamos as etapas em: sensibilização, mobilização e reunião.

O processo vivido pelos comunitários na Praça das Árvores, desde 2014,

aponta para a busca de um sentido da vida, em que o lugar desse “chão” não é só um lugar, mas o espaço do acolhimento e da afetividade. Para tanto, dentre os projetos executados no interior da praça de maior repercussão por sua incidência direta na capacidade de mudança social, destaca-se o projeto “Jardinagem Pedagógica”, cujo objetivo é desenvolver as potencialidades educativas do “chão da praça”. Esse projeto transformou o espaço público em uma terra fértil para plantar cidadania.

A elaboração do escopo desse projeto de jardinagem, na praça, mostra a estreita relação “praça – comunitários – usuários”, posto que as ações de mobilização e execução do referido projeto transformaram paisagística e socialmente aquele espaço público livre. A metodologia aplicada em espaços abertos consiste em ações de planejamento, mutirão de limpeza regado a café, compartilhado com o objetivo de reunir mãos coletivas para plantio, rega, poda simples e acompanhamento da evolução das etapas do plantio (ANEXO I).

O comitê popular em suas estratégias como facilitadores do processo de uso e apropriação articulou-se a outros ativistas comunitários do bairro e adjacências para envolvimento e ampliação do movimento. Além dessa perspectiva, o comitê buscou, através da agenda prática da praça, mobilizar pessoas interessadas em ocupar a Praça das Árvores com ações significativas. A pesquisa defrontou-se, então, com a construção de um espaço de pertencimento e afetividade a partir dos laços da comunidade com o lugar, conforme expressa o relato da comunitária e membro do Comitê da Praça das Árvores (2022):

Em 2015, vinha passando por um problema de saúde: estava com depressão. A minha entrada no comitê da Praça das Árvores me fez ocupar a mente com o cuidado com a natureza. Eu me encontrei no fazer da jardinagem na praça, além de conhecer pessoas maravilhosas que se tornaram amigas e companheiras nas atividades. A minha participação no comitê foi um santo remédio.

A partir desse tipo de relato de integrantes do comitê, o espaço ativado pela presença participativa na praça foi responsável pelo fortalecimento do movimento. A Praça das Árvores manteve-se como um local que se projetou no cenário urbanístico de São Luís, transformando-se em um espaço cuja vocação construída foi a de promover processos organizativos em que os comunitários pleiteiam ações efetivas de prospecção dos direitos sociais e ambientais. A praça tem sido usada, habitada e visitada por diversos sujeitos sociais que, de maneira diferenciada, se relacionam, aproximam e estabelecem laços com o bairro e com a cidade por vários motivos. Assim, grupos variados foram identificados na pesquisa, como usuários do espaço,

corredores, moradores do entorno, grupos religiosos, além do comitê da praça e dos comerciantes. Esses usos se mostram diferenciados no interior desse espaço.

Pela ocupação estabelecida na Praça das Árvores, as formas e seus atores foram categorizados dentro da estrutura física e social: os usuários permanentes, aqueles que estão no cotidiano do espaço público com seu fazer coletivo, e os que fazem usos esporádicos, estão na praça, mas suas práticas não se enquadram na categoria permanente. O comitê da Praça surgiu como um movimento localizado cuja atuação inclui a organização popular heterogênea, luta por um espaço público democrático capaz de provocar o poder público para o diálogo sobre a cidade por meio de ações coletivas mobilizadoras de ativistas do comum urbano, que lutem pela preservação e conservação das praças públicas.

Os ativistas permanentes, organizados em comitê, passaram a ocupar a praça com ações coletivas de cunho ambiental e cultural. A ocupação do espaço mostrou-se uma experiência singular no que tange às vivências no “chão da praça” e brotou sociabilidades múltiplas advindas dos vários segmentos sociais. Partilharam dessas vivências crianças, usuários dos espaços de atividades físicas, mulheres artesãs, jovens, todos mobilizados pelo comitê da praça. Nessa dinâmica de uso, as decisões foram e são tomadas em plenária, na qual todos têm direito à voz, pois:

A cidade se apresenta como um subsistema privilegiado porque é capaz de refletir, de expor os outros subsistemas e de oferecer como “um mundo” como uma totalidade única na ilusão do imediato e do vivido (Lefebvre, 2001, p. 71).

O movimento ativista da Praça das Árvores não se restringiu às discussões internas, mas buscou dialogar com todos os atores, desde a esfera pública até a privada, com vista a convocar a todos para pensar o espaço público conjuntamente. Toda a vivência do comitê como movimento social mostra quão criativas são as ações organizadas coletivamente. Nesse sentido, as movimentações no chão dessa praça, organizada em comitê, são lastros importantes para a construção de cidadania.

Se anteriormente buscou-se tratar da criação do Comitê da Praça das Árvores e como ele se constituiu enquanto movimento social, vemos agora a necessidade de mostrar o que tal movimento local desenvolveu como proposta de (re)criação dessa nova esfera política e como o processo de organização tencionou as relações sociais, provocando estratégias contra-hegemônicas como prática. A Praça das Árvores, em seu comitê organizado popularmente, desde o ano de 2014, insere-se no cenário urbano da cidade de São Luís.

A prefeitura, na gestão de Edvaldo, começa a atuar em torno desse prisma singular ocorrido no COHATRAC IV, para a criação institucionalizada do Comitê Gestor como modelo governamental. Esse contexto nos leva a refletir a respeito do conflito de apropriações do espaço que estabelece formas de relação social gestadas pela proposta de pacto social intermediado pelo decreto municipal. Ao se fazer um exercício analítico para pensar essa ação do governo municipal de São Luís na gestão de Edivaldo Holanda Júnior, podemos apreender, naquele espaço público, o conflito gerado pelo processo de institucionalização do poder no discurso normatizador nos espaços públicos livres, as praças.

Nesse contexto, a ideia de um movimento em movimento contou com uma diversidade de atores sociais que, em seus territórios, propuseram uma via de mudança de percepção da cidade. Essa possibilidade, então viabilizada por meio da organização da comunidade em comitê, com a proposta de ocupação social do espaço público livre, feita pelo primeiro comitê de praça em São Luís, escreveu páginas novas na história dos bairros em São Luís/MA.

Ao estudar esse processo de criação do comitê, foi possível verificar que este se movimentou politicamente para a construção da participação comunitária, não somente no “chão da praça”, da Praça das Árvores, mas também foi perceptível que as iniciativas de organização e gestão popular se estenderam para além do bairro, proporcionando desdobramentos que erigiram novas perspectivas sobre a cidade que temos e a que queremos:

A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos (Harvey, 2014, p. 28).

Desse modo, vale ressaltar que as observações acerca desse fenômeno social foram feitas por meio da utilização do lugar do pesquisador no íterim da pesquisa entre 2014 e 2023, em que se procurou acompanhar assembleias, movimentações, manifestações, reuniões de planejamento, mobilizações, entre outras atividades que tivessem a Praça das Árvores e seu uso como finalidade de discussões. Muitas pessoas ocuparam a praça ao longo do processo, seguindo a proposta do comitê criado, e essa apropriação, que foi se fortalecendo gradativamente, ganhou, além de visibilidade, projeção comunitária e capacidade de se metamorfosear em cada espaço público livre da ilha (ANEXO V e W).

Figura 35 – Primeiro almoço comunitário do Comitê da Praça Manoel Júnior no Conjunto COHAB Anil II



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2015).

O primeiro “caminho” percorrido pelo movimento popular que surgiu na Praça das Árvores rumou em direção às praças do Complexo COHAB-COHATRAC, onde se viu a ação do comitê e seu fazer comum espalharem-se para outras localidades. Em pouco tempo, a ocupação para usufruto social nos espaços públicos cresceu muito, e já se percebia o nascimento de uma estrutura organizacional de cunho popular que reverberava, em especial, no Complexo COHAB-COHATRAC, enquanto primeira “trilha” percorrida pelo movimento.

O grupo do comitê que iniciou esse processo se tornou uma expressão do fazer comum. O que se viu, a partir das ações do comitê, foi que comunitários de outras localidades dos bairros do complexo solicitaram a presença dessa instância popular, o Comitê da Praça das Árvores, a fim de conhecer e começar o próprio processo de organização local. As práticas coletivas nos espaços públicos livres tornaram-se um exercício político, e essa forma apropriada pelo comitê popular na Praça das Árvores influenciou o surgimento de outros comitês.

A efervescência desse momento espalhou-se rapidamente e tomou uma proporção de alcance emblemático, posto que a saída do “chão da praça” possibilitou novas ocupações socioambientais das outras praças, a saber: Praça Verão, no COHATRAC IV; Praça Nossa Senhora de Nazaré, no COHATRAC I; Praça Doze de Outubro, no COHATRAC III, e outras. No bairro da COHAB, o movimento organizou o comitê da Praça Rui Frazão, da Praça IV e V na COHAB I, da Praça Renascer na

COHAB II, da Praça Quarenta ou chamada “Praça do Forquilhão”.

Por fim, o movimento ganhou força para pleitear não apenas as reformas das praças, como também exercer pressão popular para a construção de um espaço público que, por décadas, no bairro da COHAB, foi mais um lugar de descarte irregular de resíduos. A socialização da experiência na Praça das Árvores provocou uma série de reivindicações dos moradores do entorno, os quais buscaram implementar a ideia de se organizarem em comitê para planejar ações de ocupação social desses espaços públicos livres. Assim, primeiramente, foi solicitada a metodologia do fazer comum e da ocupação sociocultural e ambiental.

Figura 36 – Foto panorâmica da Praça Verão organizada em comitê



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2015).

Figura 37 – Reunião de formação do comitê das Praças IV e V na COHAB Anil I



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2015).

É interessante relacionar a concepção de cidade e atividade social no modelo capitalista, para a compreensão do estilo de vida urbano calcado no individualismo e como mobilizar os sujeitos dessa cidade grande. Isso porque, para Marx (1996) tal modelo transformou as relações sociais pautadas nas formas de produção, que

individualizaram e desumanizaram esses sujeitos, a ponto de reduzi-los ao valor de troca e valor de uso.

Esse morador da avenida quatro da COHAB passou a se relacionar com o bairro e, conseqüentemente, com a cidade de São Luís na perspectiva capital, em que a lógica torna as pessoas indiferentes às lutas coletivas, desconfiadas dos projetos urbanísticos. Desse modo, a conquista da construção da Praça Manoel Júnior, no bairro da COHAB, pode ser percebida como resultado das mobilizações e da organização popular.

Outro movimento de grande impacto, erigido a partir do fazer dos debates no Comitê da Praça das Árvores, foi a criação do Fórum da APA do Itapiracó (FAI) no ano de 2018 (ANEXO W). As reuniões, para refletir e agir sobre a degradação dessa área de proteção ambiental, foram realizadas no interior dessa praça organizada em comitê. O grupo elaborou atividades para a mobilização de ativistas ambientais, provocando grande força à luta ambiental no complexo do entorno dessa área.

A Praça das Árvores recebeu, e ainda recebe, uma modalidade de uso que se insere em seu processo social desde sua formação, que aglutina sentido político e ação, por meio de um uso imediato, esporádico, mas também contínuo, que aponta as singularidades da relação entre a cidade e a praça, percebida na multiplicidade dessas formas de apropriações. Cabe ressaltar que a pesquisa buscou entender o movimento dessa ocupação que explicita sujeitos e relações de poder capazes de explicar as forças de produção da cidade e de sua apropriação dentro do cenário urbano que remonta a disputas políticas pela praça e pela cidade.

Figura 38 – Atividades ecológicas do Fórum da APA do Itapiracó



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2018).

Um movimento criado a partir do comitê na Praça das Árvores e que

estabeleceu uma iniciativa popular interessante para pensar o Complexo COHAB-COHATRAC e suas adjacências foi o Fórum Comunitário do Complexo COHAB-COHATRAC (FOCCO).

Figura 39 – Lançamento do Fórum Comunitário do Complexo COHAB-COHATRAC



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2015).

Essa iniciativa pôde ser pensada na dinâmica dos debates que ocorreram no bojo das atividades regulares do Comitê da Praça das Árvores. Esse Fórum comunitário foi efetivamente criado em 2015, com o objetivo de pensar as demandas urbanas, políticas e sociais do referido complexo habitacional. Em entrevista feita com o coordenador do comitê da praça e integrante desse movimento na época, Camilo G. da Rocha Filho, destaca-se que:

A ideia do FOCCO surgiu a partir dos debates que ocorreram nas mesas da Praça das Árvores a experiência da organização do comitê motivou pensar todo o território do Complexo COHAB-COHATRAC e adjacências, de modo a planejar uma grande mobilização coletiva para provocar o poder público para o diálogo sobre as demandas dessa área, isso incluía: problemas de mobilidade urbana (sinalização de trânsito, transporte público, construção de ciclovias), feiras livres, ecoponto, câmara de debates sobre saúde pública, estruturas de educação (creches, quadras esportivas), manutenção dos equipamentos públicos, preservação do meio ambiente incluindo a Reserva Ambiental do Itapiracó, atividades de cultura e lazer para o complexo.

Ao longo do período de atuação do comitê, outro momento em que se percebeu a ação coletiva mobilizada foi durante a ocupação, com cerca viva de 600 m, no entorno da APA do Itapiracó no perímetro da Avenida Joaquim Mochel, e o movimento Jardim Calçada Verde, uma proposta gestada pelo Comitê da Praça das Árvores, com o objetivo do cuidado e ajardinamento de aproximadamente 642 m de perímetro no entorno da APA do Itapiracó, área essa que sofre cotidianamente severos impactos ambientais devido à ação antrópica.

A rede de ação coletiva formada a partir do primeiro comitê da Ilha de São Luís

mostrou formas de perceber a cidade, onde os sujeitos dentro de suas especificidades podem, em essência, conectarem-se entre si. Tal contexto, por sua vez, demonstrou que a dinâmica da pesquisa amplia a dimensão do trabalho de campo, na medida em que vão se incluindo novos atores sociais, relações e processos e que só a inserção no campo pode capturar. Dentro dessa conjuntura, as manhãs de atividades, o café compartilhado, o plantio coletivo, a “caminhada” pela trilha e os mutirões de limpeza foram estratégias agregadoras dos movimentos planejados na Praça das Árvores.

Figura 40 – Mosaico – registros da ação do Comitê da Praça das Árvores no movimento “Jardim Calçada Verde”



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2023).

Como mencionado, o Comitê da Praça das Árvores, nos anos que se seguiram à sua criação, saiu do “chão da praça” e contagiou em boa quantidade as praças em diversos bairros fora do eixo COHAB-COHATRAC, a exemplo: do Vinhais, a Praça do Letrado e dos Ipês; as praças do COHAJOLI; da COHAMA, a Praça da Caixa D’Água; do bairro histórico Monte Castelo, a Praça Antônio Veira; da área central de São Luís, cujo exemplo é a Praça da Alegria; do Jardim América, a Praça Amendoeirais, entre outras. Fazer parte desse momento contribuiu para se perceber a dimensão daquele contexto, uma oportunidade de inserção na realidade concreta e suas contradições, como observa Castells (2020, p. 498) sobre a relação entre luta urbana e luta política:

Se um movimento social se distingue por seus efeitos pertinentes nas relações de poder, é claro que a problemática dos movimentos sociais urbanos tem como núcleo as formas de articulação entre lutas “urbanas” e lutas “políticas”, quer dizer as condições nas quais uma reivindicação urbana torna-se uma possibilidade política e a forma pela qual cada processo específico resulta num tratamento político distinto; ou, em outros termos, que contradições e que mobilizações são reprimidas, quais dentre elas são integradas, e quais delas chegam a criar uma situação nova nas relações políticas de classes, e enfim quais as que não chegam a se articular de forma precisa com outros escalões das relações sociais.

Figura 41 – Criação do Comitê da Praça da Caixa D'Água da COHAMA



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2021).

O movimento capitaneado pelo Comitê da Praça das Árvores fez a cidade voltar o olhar para seus espaços públicos livres, isto é, nossas praças, para suas condições, especificidades, usos, bem como para a atual conjuntura em que ela está inserida. Constituiu-se um movimento de ocupação e insurgência política e ideológica que possibilitou ao espaço da praça ser o *lôcus* das disputas, conflitos e antagonismos presentes na produção do espaço na cidade de São Luís/MA.

4.2 Os caminhantes: perfil dos usuários e usadores da praça

A partir das observações na Praça das Árvores, percebemos que os perfis dos seus usuários revelam uma dinâmica própria de uso, decorrente dos horários e dos dias da semana. Portanto, de acordo com a pesquisa, pela manhã, esse espaço foi e é frequentado por adultos e idosos, cujo objetivo é a prática de atividades físicas. Verificamos ainda que o grupo de mulheres constitui maioria e com disciplina quanto à indumentária adequada à prática esportiva.

Já no final da tarde e à noite, a Praça das Árvores congrega, hoje, um fluxo significativo de pessoas jovens, adultos e crianças, posto que, atualmente, passa pelo processo de privatização do espaço público com o excesso de *trailers* chancelados pelo poder público através dos seus órgãos. Essa ocupação comercial, observada no perímetro voltado à Avenida Um do COHATRAC IV, fere o direito à acessibilidade, já que o piso tátil, os canteiros, as mesas e bancos e a pista destinada à prática de caminhada estão obstruídos por mesas, cadeiras e equipamentos diversos, como churrasqueiras, brinquedos, maquinário etc. desses pontos comerciais. O interior da

praça foi tomado pelos *food trucks* que ali se alojaram.

Figura 42 – relação de consumo no uso do espaço público :o Chão da Praça das Árvores como mercadoria



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2021).

No final de semana, verificamos que o fluxo de ocupação da praça se intensifica para o lazer privado, já que os usuários precisam pagar para obtê-lo, e para uso como “praça” de alimentação. Tal panorama foi traçado a partir da observação participante, por meio da qual constatamos que os dias de maior presença desses usuários são sexta, sábado e domingo e que a maioria deles reside no bairro do COHATRAC e adjacências. Nesse cenário, percebemos ainda que esse público frequentador, que estabelece uma relação de consumo, difere significativamente do uso que os “usadores” fazem desse espaço.

Figura 43 – Piso desgastado e canteiros destruídos pela ação antrópica no contexto da ocupação dos *food trucks* na Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2023).

Figura 44 – 17 *trailers* perfilados no contorno da Praça das Árvores



Fonte: Facebook da Praça das Árvores (2023).

Dados dessa pesquisa revelam que as relações que se entrecruzam nesse espaço são múltiplas e de interesses diversos, porém a lógica da relação de produção no espaço público livre requer um diálogo permanente entre os comerciantes que estão na praça e o comitê popular. Desse modo, a diversidade de grupos e sujeitos pesquisados agregou dificuldades metodológicas, mas também recursos importantes para a compreensão da complexidade do fazer pesquisa de campo com variáveis múltiplas que a Praça das Árvores agrega.

A cidade e espaço constituem conceitos essenciais para a compreensão do processo de privatização do espaço público, uma vez que expressam a multiplicidade de experiências individuais e coletivas. Para Santos (2018), o espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificiais. Como tal, é necessário que se faça a diferença entre os usuários e os usuários do espaço público livre nomeado Praça das Árvores. Entendemos como usuários da praça, conforme apontado ao longo do texto para fins de análise, aqueles que, de forma organizada coletivamente, a exemplo do grupo do comitê popular, se apropriam do espaço público para usufruto sociocultural, ambiental, de cuidado com a preservação, convivência, sociabilidade e debates sobre a cidade.

O grupo a que se refere a pesquisa não se restringe a moradores apenas do entorno da praça, mas aqueles ativistas que são moradores de outras localidades, além do uso cotidiano como as atividades de lazer, jardinagem, trabalho remunerado e não remunerado que agrega ações do trabalho voluntário, como é o caso do comitê e do projeto da organização popular dos cidadãos em São Luís. Isso é percebido na fala da moradora do entorno da Praça das Árvores, Stela Maria Leite (2022):

Desde que o comitê foi formado, faço parte do grupo que ocupa e cuida da praça. Gosto muito das atividades coletiva, isso deu vida à Praça das Árvores. Aprendo bastante com nossas reuniões e participo de todas as atividades que

realizamos aqui. As ações que fazemos com nossos amigos da praça mudaram, sim, a minha rotina e até a de outras pessoas que vem participar com a gente, das ações.

Com o surgimento desse comitê de pessoas que nem se conheciam, a praça passou a ser admirada pela organização das muitas atividades que realizava. Esse relato chama a atenção para um detalhe importante, a diversidade dos sujeitos que se uniram sem afinidades prévias, para pensarem a construção de novos sentidos àquele lugar. Assim, a pesquisa se inseriu no lugar de diversas ações socioculturais, ambientais, políticas e significados particulares, inserção que agregou experiências particulares para entendimento da realidade concreta.

As relações sociais estabelecidas no interior do “chão da praça” refletem as relações sociais no âmbito da cidade, posto que as formas de uso e apropriação da praça estão inseridas em uma conjuntura maior, explicitadas nas relações de poder existentes no espaço urbano das cidades capitalistas. Logo, entender a ocupação social da Praça das Árvores é inseri-la no bojo das lutas travadas por movimentos sociais urbanos ao longo da história, em defesa de uma cidade como direito para todos os seus moradores e que fazem oposição às formas de dominação que produzem e organizam as cidades e seus espaços públicos.

O comitê da praça coloca-se no interior desse “movimento” que se apresenta como resistência a partir de práticas que levam a elaborações que objetivam mais autonomia à dinâmica da luta pela construção de novas sociabilidades não centradas na lógica do mercado, no enfrentamento ao desmonte neoliberal e suas proposições como políticas públicas, na postura crítica acerca da produção de consenso que o Estado propõe e na mobilização para os processos organizativos. Nas “caminhanças” desse movimento no complexo COHAB-COHATRAC, as tensões e conflitos gerados pela ação de controle efetuada pelo poder estatal municipal dinamizou e expandiu a experiência da vivência coletiva do fazer comum nas praças de São Luís/MA.

Nesse sentido, para entender como as relações entre o Comitê da Praça das Árvores e o espaço público estão imbricadas, requer responder questionamentos à luz de observações conceituais sobre a cidade capitalista. Em sua obra, Lefebvre apresenta conceitos importantes para a compreensão da dinâmica ocorrida no bairro do COHATRAC. Ele aponta uma diferença conceitual significativa entre cidade e urbano. Quando do cronograma de observação na pesquisa, atentamos para esse estudo, no qual ele diz que cidade é “realidade presente, imediata e arquitetônica, já urbano é, para ele, a realidade social composta de relações concebidas, construídas

ou reconstruídas pelo pensamento” (Lefebvre, 2005, p. 54).

Em razão disso, São Luís, historicamente, teve sua produção urbana do espaço ordenada com traços que estabeleceram uma divisão da cidade entre o lado mais favorecido economicamente e outra área produzida para receber uma população vinda de condição menos favorecida. Isso, contudo, não quer dizer que, nessa cidade, outras formas de produção do espaço urbano não se efetivaram. Pelo contrário, um bairro que pioneiramente era reduto da classe trabalhadora, como o COHATRAC, agregou ser lugar de produção do espaço urbano pelas mãos dessa massa populacional citadina.

A Praça das Árvores despontou nesse cenário de contradições que o movimento do capital expõe como resultante de intenso processo político, social e econômico. É constatado que, assim como em outras cidades, São Luís, nesses nove anos de existência do comitê, foi alvo de investimentos pautados em interesses econômicos e políticos. O Estado é, portanto, compreendido como um dos agentes que potencializaram essa produção do espaço urbano, onde a praça emerge como parte do projeto do governo.

Nesse sentido, o Estado atua com vista a objetivar a disposição do sujeito no espaço, bem como na qualificação das áreas no que tange à estrutura física, preceituando um desenvolvimento urbano alinhado à perspectiva do capital privado. Destarte, a praça hoje acumula elementos de resistência ao modelo de cidade privatizada que compõe a teia da economia capitalista. Ao ocupar o espaço público da praça com propostas objetivas de construção coletiva, levando a escola, a academia, a arte, a cultura popular e o debate político para o “chão da praça”, devemos pensar esse lugar como espaço de possibilidades de usos, em que vários grupos, em uma relação conflituosa, se apropriam dele e o transformam.

4.3 Entre o presente e o futuro: desafios e perspectivas do Comitê da Praça das Árvores

As transformações que se sucederam ao longo desses últimos anos no bairro do COHATRAC foram, de certa forma, ligadas ao movimento erigido na Praça das Árvores através da criação do comitê. Os investimentos municipais na qualificação urbana da região guardam em si algumas peculiaridades importantes para a pesquisa, quais sejam: a (re)qualificação das praças como produto político em 2020, posto que

a Praça das Árvores sofreu duas intervenções estruturais em um curto período de cinco anos.

O caráter inovador dessas intervenções nas praças, sobretudo na Praça das Árvores, trouxe à tona reflexões a respeito do interesse em uma reforma em um equipamento recém-construído e em excelente estado de conservação, bem como sobre a exclusão da participação do comitê organizado no processo dessa reforma em curso, o que denotou o descompasso entre a ação estatal e o comitê popular instituído. Um desafio permanente posto a esse movimento popular chamado Comitê de Praça é a sensibilização e mobilização para o fortalecimento da participação popular nas apropriações dos espaços públicos livres.

Considerando que o COHATRAC é um bairro de classe média, com uma configuração de bairro comercial e uma população em média de 60 mil habitantes, segundo dados do IBGE. O movimento comunitário proposto pelo Comitê da Praça das Árvores ganhou, nesses nove anos de organização, força para discutir a cidade que queremos. A dinâmica da relação entre o comitê e o poder público inclui a busca por diálogo com órgãos de referência, utilizando como metodologia do fazer, ofícios, postagens em redes, fotos, reuniões e abaixo-assinados.

O movimento de ocupação na Praça das Árvores, capitaneado pelo comitê popular organizado, provocou desdobramentos tanto no campo da apropriação coletiva, como também no campo da apropriação política e privada. Nesses quase dez anos de existência do comitê, foram latentes as contradições próprias das relações de produção do capitalismo. O poder público (re)significou o modelo de ação coletiva em exercício na Praça das Árvores, para uma versão que categorizou o comitê como gestor, desresponsabilizando o poder público de sua função estatal.

Essa apropriação possibilitou, dentre outras, o usufruto político-partidário dos espaços públicos em São Luís e um atual cenário que explicita a ordem econômica local e global dada a velocidade da privatização dessa praça, por comércios informais legitimados pelo poder público. A temática abordada traz momentos desconfortáveis, na medida em que revela a dificuldade em discutir os efeitos dos usos e apropriações da praça, que é um importante patrimônio coletivo.

São Luís está em permanente metamorfose, um cenário dinâmico com um tecido urbano traçado no modelo propício à reprodução do capital. Uma cidade formada por núcleos econômicos e sociais, mas que resguarda ainda lacunas nas apropriações e usos da localidade por seus habitantes. A estrada que o primeiro

comitê popular de uma praça em São Luís percorreu, em nove anos, no sentido da construção do sentimento de pertença coletiva, não foi indelével, teve e tem marcas de um espaço produzido com suas contradições e antagonismos. Esse espaço público livre vem passando por uma brusca transformação de intervenção privada.

A praça de alimentação licenciada pelo governo municipal nesse espaço público provou uma onda de arrefecimento da motivação comunitária, o crescimento do apelo ao consumismo, a fragmentação das práticas sociais na praça. Enfim, a transmutação do espaço da praça de usufruto sociocultural para espaço comercial. A Praça das Árvores organizada em comitê, ao longo desse período, foi foco de interesses diversos, e a privatização de um espaço de referência como essa praça consolida a lógica global que configura como mercadoria de troca, no jogo político dos governos de perspectiva neoliberal, os espaços geográficos e sociais.

São Luís reflete, contemporaneamente, o retrato de um planejamento urbano, cuja perspectiva não propõe uma cidade como direito dos seus cidadãos. Quando observamos as formas de ocupação, apropriação e uso desenvolvidas nas praças da cidade a partir dos comitês organizados, notamos que a Praça das Árvores tem muito mais experiência socioespacial executada. O alto grau de ações comunitárias, no interior do “chão da praça”, se dá pela organização coletiva planejada. Percebemos também, no decorrer da pesquisa, que o movimento comunitário formado em torno do complexo COHAB-COHATRAC é heterogêneo e passa por diferentes processos, que inclui a privatização do comum urbano.

A pluralidade desse movimento pode ser um fator de ambiguidades, uma vez que pode suscitar dispersão com a dificuldade para organizar atividades preventivas dos problemas que se apresentam e possibilitar a articulação de ativistas de outras áreas, para serem incorporados ao movimento visando à solução dos problemas. O cenário aponta para a transformação da praça sobre a qual perdurava característica pública de usufruto social coletivo, para um espaço apropriado pelo mercado, objeto sujeito à privatização, posto que passa a ser patrimônio privado.

Na atual conjuntura em que se encontra a Praça das Árvores, os impactos da ocupação desordenada por *trailers* têm provocado uma progressiva perda do convívio coletivo, a fragmentação do tecido social, a diminuição de reuniões dos vários grupos sociais que têm esse espaço como lugar de encontros e a promoção do consumismo como prática na praça. Vale ressaltar que as transformações ocorridas na Praça das Árvores evidenciam a correlação de forças que o espaço urbano produzido vivencia.

No entanto, o movimento popular encabeçado pelo Comitê da Praça faz o enfrentamento a essa perspectiva por meio de estratégias de fortalecimento das práticas do fazer comum no “chão da praça”. Para tanto, estabelece o diálogo e a mobilização como metodologias para convocar ativistas cidadãos a esse árduo trabalho que é refletir e agir nesse processo político e ideológico, que tem nos licenciamentos uma forma clientelista de controle social no espaço público livre.

Com base nas contradições do capitalismo na produção do espaço, a análise de (HARVEY, 2016) aponta o papel basilar que a urbanização tem desempenhado ao longo da história. No sentido de explicitar o processo de acumulação do sistema capitalista que impõe ao dinheiro, a procura de investimento. Nesse contexto do avanço sistemáticos dos processos neoliberais, as cidades representam esse lugar para a marcha desigual provocada pelo projeto político – ideológico neoliberal. Por conseguinte, em contraposição a essas racionalidades que impõe o mercado à todas as dimensões da vida, o comitê popular da Praça das Árvores propõe experiências coletivas para a construção compartilhada de outras apropriações e usos comuns da praça. Na cidade de São Luís, a produção do espaço urbano é perpassada pela lógica neoliberal que subsidia o fortalecimento do mercado através dos contratos, projetos sociopolíticos e o sutil bloqueio da organização popular. O movimento suscitado na referida praça, se opõe a essa perspectiva e vai de encontro a avalanche de surpresas que emergem quando os tapumes são retirados dos canteiros das obras públicas. Nesse espaço da Praça das Árvores, o patrimônio reivindicado para preservação pelos usuários, ultrapassa a máxima de “pedra e cal” visto que, compreende como um patrimônio as práticas culturais, as manifestações e as sociabilidades construídas. Sendo assim, a crise do capitalismo gesta levantes de toda ordem e a organização popular pode propor uma alternativa à essa competição de mercado ao apresentar a praça como potencial concreto para um movimento socioespacial que compreende a cidade enquanto um direito humano.

Em todas as partes do mundo as velhas formas das cidades se reconfiguram para cumprir novas funções no presente. Esses projetos desenvolvimentistas têm buscado a parceria com o Estado que opera no âmbito da infraestrutura básica para estabelecer estratégicas alianças com o setor privado que é estimulado ao investimento comercial nas diversas áreas incluindo, no caso de São Luís do Maranhão, os espaços públicos livres, as praças. A malha urbana de São Luís é configurada na perspectiva ideológica de governo centrada no modelo empresarial

que define espaços públicos e seus usos, com a finalidade de atrair o capital (HARVEY, 1987).

O mesmo autor complementa, aludindo que tais modelos importados entre as cidades, impulsionam a acumulação, e uma nova cultura urbana. Essa ideologia neoliberal de governo que alia projetos de requalificação urbanística, à perspectiva do consumo, toma o espaço público livre, como potencial área capaz de produzir a mercadoria no contexto da racionalidade econômica que o capitalismo gesta. As intervenções feitas pelo poder Municipal na área chamada Praça das Árvores, tem atribuído um valor econômico que se revela veloz, em relação ao processo de apropriação e uso público proposto pelo comitê popular que objetiva atribuir um valor cultural àquele espaço público (HARVEY, 1992).

O tema abordado nessa etapa da pesquisa, não é confortável por se tratar de um polêmico problema espacial vinculado a rebatimentos do atual estágio em que se encontra o desenvolvimento do capitalismo. É importante ressaltar, que os efeitos desse fenômeno sobre o uso e apropriação da praça deve ser refletido a luz de um olhar crítico sobre o tema para que seja avaliado o fenômeno da utilização privada do chão da praça como desdobramentos no tecido urbano.

Sendo assim, a privatização que vemos na referida praça de São Luís aponta para um Estado, que, no uso de suas atribuições no contexto da dinâmica do capital, (des)configura o espaço coletivo organizado, para que este se incorpore ao patrimônio privado. Dessa maneira, corrobora para que as práticas coletivas exercitadas nesse chão de praça deem lugar a práticas que resultem na consolidação do processo de mercantilização proposto pelos agentes produtores do espaço urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa chega às considerações que se apresentam não como elementos argumentativos finalizadores da discussão, mas como estímulos de debate que suscite novas provocações a fim de buscar perceber o que brota nesse campo empírico pelas mãos dos seus sujeitos. No íterim da pesquisa, afloraram os atores, os lugares, a praça e as relações que foram responsáveis pela apreensão da cidade no contexto urbano que o capital modela, buscando entender como a cidade foi pensada ao longo da história e como se desenvolveu no curso da marcha capitalista no Maranhão, em especial na cidade de São Luís.

Analizamos a produção urbana e sua expansão no recorte temporal das décadas de 1960 até 1980, em específico o contexto histórico e econômico de São Luís no período de inserção dos chamados grandes projetos de investimentos nos setores industriais. No Maranhão, a política habitacional, alinhada ao governo militar, e a internacionalização do capital configuraram o “novo” cenário urbano da capital maranhense, em que surge um conglomerado habitacional nomeado Complexo COHAB-COHATRAC.

Além disso, buscamos analisar os sujeitos envolvidos nesse processo e as relações sociopolíticas e formas de apreensão social nesse contexto urbano dos bairros desse complexo. Analisando a relação desse novo cenário urbano construído socialmente no conjunto habitacional do COHATRAC, apreendemos com a pesquisa que a Praça das Árvores, na cidade de São Luís, traz consigo no bojo da paisagem urbana uma possibilidade de se tornar lócus de organização para um debate sobre a cidade como direito.

Desse modo, a praça em questão, com o comitê organizado, insere-se como resultado de um processo que interliga a apropriação comunitária organizada a diferentes fatores, como: um desenvolvimento urbano pautado exclusivamente na perspectiva neoliberal; a apropriação político-ideológica institucionalizada; o processo de privatização do espaço público para fomento do consumo; o uso da praça como mercadoria urbana, o que enseja a correlação de forças nesse campo contraditório.

Nesse contexto, o chão da Praça das Árvores apresentou formas de lutas e resistências ressignificando a relação do sujeito com a cidade. A praça na cidade é requalificada de acordo com interesses específicos e aponta historicamente, em sua concepção, ser o espaço urbano um campo de domínio institucional, no que tange

aos usos e apropriações. Todavia, esta pesquisa, em seu processo de construção, percebeu que os sujeitos objetos dessa relação não se mostram passivos no processo; ao contrário, mostram-se ativos e organizados para um uso democrático do espaço público livre.

Observamos, por meio da pesquisa de campo, que essa apropriação se dá no cotidiano da experiência de ocupação e o que o comitê da praça vivencia diariamente constitui resistência às tentativas de fragmentação e desarticulação desse processo organizativo. Assim, ao longo do desenvolvimento do estudo, a categoria coletividade tornou-se um eixo com o intuito de entender o caráter contra-hegemônico do Comitê da Praça das Árvores, para uma perspectiva insurgente a partir das práticas sociais exercitadas nesse “chão de praça”.

Esse caráter foi ponto de investigação para compreender até que ponto as intervenções institucionais são impactadas pela ação comunitária na produção do urbano, ou ainda, como essas ações impactam na autonomia do comitê popular. O trabalho preocupou-se com as contradições gestadas por esse movimento de bairro na cidade de São Luís sob a ótica do Estado e da comunidade organizada em comitê. A pesquisa apresenta as experiências de uma apropriação e uso popular da praça como locus propício para novas sociabilidades construídas no espaço público dialético produzido na cidade.

Dessa forma, procuramos compreender como esse contexto de produção se relaciona com o processo de ocupação social da Praça das Árvores e como essa dinâmica incide na construção de estratégias que possam ressignificar o espaço urbano não só do bairro COHATRAC, como também da cidade como um todo. Foram analisados os conflitos e os antagonismos existentes no cotidiano da praça. Foi importante a categorização dos usos ali identificados e elaborados de acordo com as práticas dos sujeitos sociais envolvidos, posto serem singulares e trazerem consigo especificidades nas relações sociais.

No transcurso da pesquisa de campo, as categorias elaboradas apareceram com conceituação específica: usuários, que são aqueles de uso na perspectiva do consumo do espaço para fins diversos; e usadores, aqueles sujeitos do fazer coletivo, de ocupação socioambiental e cultural da praça. O estudo ainda se deparou com o processo de desdobramento no campo organizativo que o Comitê da Praça das Árvores provocou tanto no complexo COHAB-COHATRAC quanto nos vários bairros da Ilha de Upaon-Açu, no período entre 2014 e 2022.

Diversos foram os movimentos suscitados, dentre os quais, cabe citar os de cunho socioambiental, sociocomunitário e os de caráter urbanístico, como a criação dos vários comitês de praça na cidade. Percebemos que, nessa arena, os conflitos assumem formas variadas e as relações sociais fazem parte da complexidade que a organização de um comitê popular em espaços públicos livres gera. Nesse sentido, as práticas coletivas e a negação do direito à cidade são processos que caminham, contraditoriamente, na mesma esteira.

A análise desses processos, percebidos por meio da observação situada, revelaram instrumentos para a compreensão da realidade da praça, que possibilita inseri-la em um contexto da dinâmica do capital, na qual as disputas pela cidade e seus espaços públicos livres são partes da realidade concreta estabelecida na produção do espaço urbano em São Luís, que normatiza, mas não cala a voz dos sujeitos sociais organizados coletivamente.

O chão da Praça das Árvores, organizado em um comitê de cunho popular, assume, nesses anos de existência, diferentes formas de atuação nesse complexo jogo de relações sociais que envolve múltiplos sujeitos, conflitos, negociações e demarcações de sentidos em tal espaço, e todo esse escopo é, portanto, atribuído pelos usos e apropriações construídas pelo cotidiano. Logo, o Comitê da Praça das Árvores revelou-se, na pesquisa, como espaço concreto de contestação e exercício de poder popular, posto que a praça reflete a questão dos conflitos que a produção e a apropriação do espaço urbano promovem. Nessa ótica, a Praça das Árvores e seu comitê popular resguardam ser um espaço de resistência e luta coletiva pelo direito à cidade para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BECKER, H. Problemas de inferência e prova na observação participante In: **Método de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: UCITEC, 1994.

BIANCHI, Álvaro. Gramsci, América, América Latina. **Revista Outubro**, n. 31, 2 semestre, 2018.

BRASIL. **Lei n. 4.380**, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, 21 de agosto de 1964.

BRASIL. **Decreto Lei n. 75.922, portaria interministerial n. 53** de 01/07/1975. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - CSU. Brasília, 1º de julho de 1975.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**. São Luís: UEMA, 2006.

CALDEIRA, Júnia M. A praça colonial brasileira. Dissertação de mestrado e Doutorado em História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas. São Paulo; UNICAMP, 2007.

CANO, Wilson. **Soberania epolítica econômicana América Latina**. São Paulo: UNESP, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. Arlete Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro**. São Luís: EDUFMA, 2014.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere** (a cura de Valentino Gerratana). 4 vol. Torino: Einaudi, 1975.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, D. A condição pós – moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições LOYOLA. 1992.

HARVEY, David. **Produção do espaço capitalista**. São Paulo, Annablume. 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jefferson Camargo- São Paulo: Martins fontes, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Barcelona: Gedisa, 2016.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S.l.]: [s.n.], 2006.

MARANHÃO. **Lei Complementar nº 38 de 12 de janeiro de 1998**. Dispõe sobre a Região Metropolitana da Grande São Luís. São Luís, 12 jan. 1998. Disponível em: <http://tinyurl.com/lce38ma1998>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Boitempo, São Paulo, 1996.

MORAES, A.C.R; COSTA, W.M;. **Geografia Crítica**: A Valorização do Espaço. São Paulo. HUCITEC, 1987. Disponível em: <https://acidadeeourbano.wixsite.com/blog/single-post/2016/10/31/xangai-cidade-h%C3%ADbrida-metr%C3%B3pole-global>. Acesso em: 20 ago 2023.

MPMA - Ministério Público do Estado do Maranhão. **Promotorias Itinerantes buscam parceria com o Programa São Luís Cidade Jardim** (2014). Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/promotorias-itinerantes-buscam-parceria-com-o-programa-sao-luis-cidade-jardim/>. Acesso em: 24 set 2023.

PRAÇA das árvores. Registros fotográficos do Comitê Populaar da Praça das Árvores. Disponível em: <https://www.facebook.com/pracadasarvores/photos/> / <https://www.instagram.com/pracadasarvores/>. Acesso em: 18 ago 2023.

PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio Sá. **O ‘milagre’ brasileiro**: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). O Brasil republicano, v. 4, 2003.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americana. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: claso, 201 – 246, 2005.

REIS, Flávio. **Guerrilhas**: artigos. São Luís: Pitombas / Vias de Fato, 2012.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2010. 2002.

ROCHA FILHO. Parabéns Praça das Árvores. **Jornal A Folha dos Bairros**, p. 6. São Luís, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boi tempo, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUUCITEC, 1996.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SÃO LUÍS. **Decreto Nº 47.294 de 12 de agosto de 2015**. Cria os “Comitês Gestores” de São Luís. Diário Oficial do Município. São Luís: DOM, 2015

SÃO LUÍS. **Lei n. 7.122**, de 12 de abril de 2023. Altera a Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006 sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís: DOM, 2023.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2021

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagem publicada em jornal de circulação no bairro COHATRAC IV sobre o TAC entre a Prefeitura de São Luís e a Construtora Lua Nova, que resultou na construção da Praça das Árvores

A PRAÇA DAS ÁRVORES NO COHATRAC IV é sustentável!!

A comunidade do complexo Cohatrac recebeu no meio do ano passado mais uma praça. Estamos falando da praça que fica na rua 1 do Cohatrac IV, em frente ao Colégio Solução Maranhense. Essa área pública foi arborizada pela comunidade do entorno que acalentava que o espaço um dia seria transformado em uma praça.

A Construtora Lua Nova em parceria com a prefeitura construiu a praça e colocou à disposição da comunidade. Em julho de 2014, a comunidade resolveu mobilizar-se para que a praça fosse utilizada de forma sustentável. No dia 24 de julho, 28 moradores, em reunião, deliberaram criar um comitê que teria a incumbência de fazer o diálogo com a comunidade e o poder público municipal, afim de que a sustentabilidade se tornasse uma realidade.

Desde então o comitê vem reunindo-se ininterruptamente todas terças feiras, à noite, sob o comando de Danilo Menezes. Ressaltamos que o comitê é composto por moradores do entorno da praça e também por moradores dos bairros Cohatrac II, Parque Aurora e Itapiracó.

Uma das deliberações do comitê foi que a praça passaria por um mutirão a cada quinze dias, aos domingos. Dia 04 de janeiro de 2015 abrimos a temporada de mutirões neste ano. O trabalho é antecedido de um farto café compartilhado pelos voluntários.

Ficou decidido que haveria uma enquete sobre o nome da praça. Reginaldo Góes, secretário do comitê, coordenou a enquete que durou 3 meses e ouviu 870 pessoas, obtendo o seguinte resultado: 1- Praça das Árvores-48%; 2-Praça das Crianças – 15%; 3- Praça Josué Montelo – 10% e 4 – Praça da Alegria – 12%.

Agora o comitê vai iniciar o diálogo com o legislativo municipal para que o nome escolhido pela comunidade seja efetivado por meio de lei.

Camilo Rocha Filho
Vice coordenador do Comitê da Praça das Árvores – Cohatrac IV



Fonte: Jornal do Bairro COHATRAC IV (2017).

ANEXO B – Panfleto de mobilização do Comitê da Praça das Árvores

A praça é nossa



A praça localizada no bairro Cohatrac IV, em frente ao Colégio Solução Maranhense, é um espaço privilegiado sob vários aspectos: bem arborizada, possui dimensões apropriadas para o exercício da caminhada, aparelhos de academia ao ar livre, além de excelente localização, dentre outras qualidades.

Sua manutenção, no entanto, precisa da parceria entre a prefeitura e os beneficiários da praça.

Para tanto, gostaríamos de apresentar uma proposta que visa equacionar a necessidade apontada acima. Trata-se da criação de um comitê ou brigada, constituído (as) de pessoas voluntárias que buscarão gerir o dia a dia da praça, dialogando com seus beneficiários e o poder público municipal.

Estamos marcando uma conversa inicial para apresentar a ideia e receber as contribuições, a fim de que a proposta contemple os mais variados pontos de vista.

Dia/hora: 07 de julho de 2014, às 19h
Local: Na própria praça

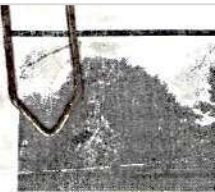
Fonte: Arquivo do portfólio da Praça das Árvores (2014).

ANEXO C – Regimento Interno do Comitê da Praça das Árvores – aprovado em assembleia

COMITÊ DA PRAÇA DAS ÁRVORES - COHATRAC IV REGIMENTO INTERNO <u>Capítulo I</u> <u>Da Instituição</u> Art. 1º: O presente Regimento Interno regula as atividades e atribuições do Comitê da Nova Praça do Cohatrac IV. <u>Capítulo II</u> <u>Das Finalidades</u> Art. 2º: A organização e funcionamento do Comitê da Nova Praça do Cohatrac IV têm por finalidade possibilitar ação coletiva e organizada, visando equacionar a utilização desse espaço público de forma sustentável. <u>Capítulo III</u> <u>Das Atribuições</u> Art. 3º: São atribuições do Comitê da praça a) Tomar conhecimento dos problemas decorrentes do usufruto da praça; b) proporcionar meios de informação aos usuários da praça, esclarecendo aspectos relevantes que amenizem conflitos de interesse e permitam a preservação desse espaço público; c) planejar ações que visam a utilização da praça com atividades sócio culturais; d) Promover contatos com entidades sociais, culturais e religiosas para articular atividades integradoras e promotoras do bem estar social; e) Acionar os órgãos da prefeitura diretamente responsáveis pela conservação da infraestrutura da praça; Artº 4º - São atribuições do Coordenador do Comitê: I - Convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias; II - Convidar técnicos na qualidade de expositores ou debatedores, de acordo com a pauta do dia; III - Acolher as sugestões dos usuários da praça e discuti-las junto ao Comitê para implementação, se for o caso; IV - Comunicar aos membros as medidas adotadas, em resposta às demandas apresentadas. Art 5º - São atribuições do Vice-Coordenador do Comitê:	
---	--

Fonte: Arquivo do portfólio da Praça das Árvores (2014).

ANEXO D – Ata do Comitê Gestor



COMITÊ DA PRAÇA “DAS ÁRVORES”

Rua 01 – Cohatrac IV – São Luís / Ma

Fundada em: 14 de julho de 2014

e-mail: comitepraca04@gmail.com

ATA DE INAUGURAÇÃO DA PRAÇA DAS ÁRVORES, LOCALIZADA NA RUA 01, NO COHATRAC IV.

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e quinze, às dez horas da manhã, o Excelentíssimo Prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda Júnior esteve presente com sua comitiva na Praça das Árvores, para fazer a entrega do novo espaço público à comunidade. A solenidade de entrega se iniciou com a assessora de comunicação do prefeito, Kayte Mendonça, passando a palavra para o Secretário do Comitê da Praça das Árvores, para que o mesmo explicasse aos presentes como se deu a formação deste trabalho tão importante que se alinhou na adesão dos moradores do cohatrac e dos demais bairros adjacentes. Em seguida discursou o presidente do IMPUR – Instituto Municipal de Paisagem Urbana, o Senhor Luiz Carlos Borralho, que parabenizou todo o comitê gestor e afirmou que a iniciativa da comunidade foi um grande exemplo de cidadania e interesse para o bem comum. Após o discurso do presidente do IMPUR, o prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda Júnior, falou a todos os presentes sobre a satisfação ao fazer a entrega da praça toda reformada à comunidade e revelou que a prefeitura continuará trabalhando junto a população na preservação das praças, incentivando a criação de novos comitês gestores formados pelos próprios moradores de cada localidade. Após os discursos o prefeito, acompanhado de sua primeira-dama Camila Braga, fizeram a inauguração da placa com o nome da Praça “Praça das Árvores”, cujo nome foi escolhido por meio de votação popular, através de cédulas eleitorais. O trabalho e dedicação dos membros do comitê da Praça das árvores também foi aplaudido pela prefeitura de São Luís, que fez questão de reconhecer a grande atuação do grupo afirmando ser este, o primeiro comitê gestor reconhecido oficialmente pela prefeitura em toda a cidade. Após a inauguração da praça, foi assinado um Termo de Cooperação cujo documento dá ao comitê gestor a autonomia para coordenar, educar e disciplinar o uso do espaço público de forma que o mesmo possa ser preservado para a comunidade geral.

E como não havia mais nada para tratar, eu, Reginaldo Amorim Góes, no papel de secretário deste comitê, lavrei a presente Ata, que foi por mim assinada e pelos demais presentes no evento.

São Luís, 23 de maio de 2015

Reginaldo Amorim Góes

Luiz Carlos Borralho

Camila Braga

COMITÊ PRAÇA DAS ÁRVORES

Fundado em 14/07/2014

Rua: 01, Cohatrac IV - São Luís - MA

E-mail: comitepraca04@gmail.com

Reginaldo Amorim Góes

Secretário

L

Nossos queridos frequentadores, na praça de Deus não damos os frutos, só as sementes. Plante e Conserve.

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2015).

ANEXO E – Edital de convocação para a eleição dos membros do Comitê da Praça das Árvores

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DA PRAÇA DAS ÁRVORES PARA O PERÍODO JULHO/2016 – JULHO 2017

COMISSÃO ELEITORAL, nomeada na reunião do dia 31 de maio de 2016, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno do Comitê da Praça das Árvores e observando o Decreto 47.294 de 12 de agosto de 2015, convoca os Amigos da Praça a participarem da eleição dos membros do Comitê Gestor da Praça das Árvores para o período julho/2016 – julho 2017, de acordo com o seguinte calendário:

A) Dias 07 e 21 de junho/2016 – das 19 às 21h – Registro de candidaturas individuais juntos a Comissão Eleitoral. A Comissão Eleitoral estará recebendo o requerimento do candidato que desejar participar do certame. Após examinada as condições efetivas do candidato para concorrer ao processo eleitoral, a Comissão Eleitoral expedirá recibo de entrega do requerimento.

B) Dia 24 de junho de 2016 – Serão homologadas as candidaturas que tiverem de acordo com o Regimento do Comitê Gestor da Praça das Árvores e Decreto 47.279/2015, tendo os nomes publicados nas redes sociais para conhecimento dos eleitores.

C) Dia 12 de julho de 2016 – das 19h às 21h– Na Praça das Árvores: Votação, apuração, proclamação e posse dos eleitos.

O Regimento Interno do Comitê da Praça das Árvores e o Decreto 47.294/2015 encontram-se publicados no Facebook (página Praça das Árvores Cohatrac IV) e também estão disponíveis com a Coordenação do Comitê e a Comissão Eleitoral

São Luis, 31 de maio de 2016

Norma Sueli Cardoso
Presidente da Comissão Eleitoral

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2016).

ANEXO F – Exemplo de ficha de Amigo da Praça – cadastro para qualificação do eleitor apto ao pleito

Relação dos Amigos da Praça aptos a votar no processo eleitoral de 2020 do Comitê Gestor da Praça das Árvores

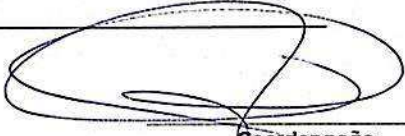
FOLHA DE VOTAÇÃO

	NOME	RG	Assinatura
1.	Ana Paula Paz Nunes		
2.	Avanne Costa Dominici	0000343580942	
3.	Camilo Gomes da Rocha Filho	05196303304	
4.	Carlos Alberto Ferreira Lavra		
5.	Conceição de Maria Frazao Costa		
6.	Conceição de Maria Vale Campos		
7.	Concinete de Maria Araujo Menezes	0471276501346	Concinete de Maria Araujo Menezes
8.	Cristina Costa Correia		
9.	Darlene Serejo Silva		
10.	Dorian Isabel Santos Azevedo		
11.	Eduardo Cavalcante Freitas		

Digitalizado com CamScanner

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2016).

ANEXO G – Exemplo de ficha cadastro de voluntários – Amigo da Praça

		COMITÊ DA PRAÇA DAS ÁRVORES Rua 01, Cohatrac IV, São Luís - MA Fundada em 14 de julho de 2014 E-mail: comitepracadasarvores@gmail.com
FICHA DE CADASTRO AMIGO DA PRAÇA		
NOME: <u>Darlene Sereja Silva</u>		
ENDEREÇO: <u>R- 18 c 10 Cohatrac 4</u>		
DATA DE NASC: <u>02/09/74</u>	NATURALIDADE: <u>Maranhense</u>	
PROFISSÃO: <u>Confeiteira</u>		
TEL: <u>99604-2520</u>	Email: <u>darlenesophia@yahoo.com.br</u>	
OBSERVAÇÃO: _____		
<u>Darlene Sereja Silva</u> Amigo da Praça		 Coordenação

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2017).

ANEXO H – Cédula eleitoral com os candidatos a membros do comitê

**ELEIÇÃO DE MEMBROS DO
COMITÊ GESTOR
DA PRAÇA DAS ÁRVORES**
Cédula eleitoral
13/07/2017
Candidatos

☐	Concinete de Maria A. Menezes
☐	Raimunda Nonata Lisboa
☐	Raimundo Gilberto Carvalho
☐	Maria da Graça Alencar
☐	Jodelma Rabelo Alves
☐	Juarez Alves de Sousa
☒	Maria Martins de Jesus Silva

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2017).

ANEXO I – Folder da jardinagem pedagógica (frente e verso)

Construção de saberes e convivências

Qualquer espaço público tem potencial educativo. A praça, nessa perspectiva, é privilegiada, por ser local agregador de pessoas e de grupos. A população reúne-se na praça sem pagar nada para divertir-se, conversar sobre si e sobre a cidade. As Praças são locais de realização de histórias e culturas para a disseminação de conceitos de democracia, ecologia, sustentabilidade, preservação da limpeza dentre outros.



Áreas temáticas:
Sociologia, Filosofia, Psicologia, Geografia, História, Biologia, Língua Portuguesa e Arte.

Temas integradores:
Economia Local, Cidadania, Educação ambiental e pluralidade cultural.

Objetivo Geral
Fomentar o potencial educativo da praça a partir da ação coletiva dos moradores de seu entorno, dos empresários e dos usuários através da Jardinagem.

Objetivos Específicos

- Uso público, coletivo e ético da praça;
- Registro da história da Praça;
- Compreender o espaço da praça como local de fraternidade, cultura, cidadania e sustentabilidade
- Diálogo entre moradores do entorno da praça, usuários, estudantes e Poder Público Local

Na Jardinagem Pedagógica você encontra:

- Atividade coletiva;
- Plantio;
- Limpeza;
- Aquisição de mudas;
- Café da manhã;
- Poda;
- Irrigação das plantas
- Socialização dos saberes e da cultura;
- Itinerância comunitária;
- Parceria entre a comunidade focada nos princípios da cidadania.
- Estudo sobre plantas medicinais.
- Oficinas/palestras/roda de conversa

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2017).

ANEXO J – CARD – Convite da jardinagem pedagógica para crianças – “Menino do dedo Verde”



Todo jardim começa com um sonho de amor. Antes que qualquer árvore seja plantada ou qualquer lago seja construído, é preciso que as árvores e os lagos tenham nascido dentro da alma.

Quem não tem jardins por dentro, não planta jardins por fora e nem passeia por eles...

Rubem Alves*

Plante essa ideia!



Equipe de Execução,

Camilo Rocha
Lourença Pereira
Dorian Azevedo
Katherine Chagas
Maria Martins
Maria do Carmo Ramos
Avanne Dominici

jardinagempedagogica@gmail.com




Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2022).



JARDINAGEM PEDAGÓGICA MENINO(A) DO DEDO VERDE

15/10 NA PRAÇA DAS ÁRVORES
(COHATRAC IV)
A PARTIR DAS 8H

Programação:

- CAFÉ E LANCHE COMPARTILHADO;
- PALESTRA COM A PROFESSORA AGRÔNOMA ANTÔNIA LIMA;
- JARDINAGEM E REGA DE PLANTAS;
- ATIVIDADES COM CRIANÇAS.

REALIZAÇÃO:
COMITÊ GESTOR DA PRAÇA DAS ÁRVORES

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2022).

ANEXO K – *CARD* – Convite para o empório social promovido pelo Comitê da Praça das Árvores



EMPÓRIO SOCIAL 2022

19/11

NA PRAÇA DAS ÁRVORES (COHATRAC IV)

MANHÃ, 08H ÀS 12H **O TERCEIRO SETOR EM SINERGIA E ARTICULAÇÃO**

OFICINAS, EXPOSIÇÕES, PERFORMANCES E PALESTRAS

TARDE, A PARTIR DAS 17H **FEIRA HOLÍSTICA**

PRODUTOS VEGANOS, FITOTERÁPICOS E AGROECOLÓGICOS

REALIZAÇÃO:
**Comitê da Praça das Árvores, Cohatrak IV**
Comunidade protagonizando!

comitepracadasarvores@gmail.com

@pracadasarvores

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2022).

ANEXO L – Convite de lançamento do programa “São Luís, Cidade Jardim”



São Luís
Cidade Jardim

Convite



O Prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior,
convida para o lançamento do "São Luís, Cidade Jardim",
Programa de Intervenção Paisagística Urbana
e Periurbana da cidade.

Data: 20 de outubro.
Local: Prefeitura de São Luís (Auditório Reis Perdigão).
Horário: 9h
Endereço: Palácio La Ravardière - Praça Dom Pedro II s/n, Centro.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
São Luís
Prefeitura e você, construindo um novo caminho



IMPUR
INSTITUTO MUNICIPAL
DA PAISAGEM URBANA

Fonte: Arquivo do site do Tribunal Regional do Trabalho (<http://ma.trt16.jus.br>).

ANEXO M – CARD – Lançamento de livro no “chão” da Praça das Árvores



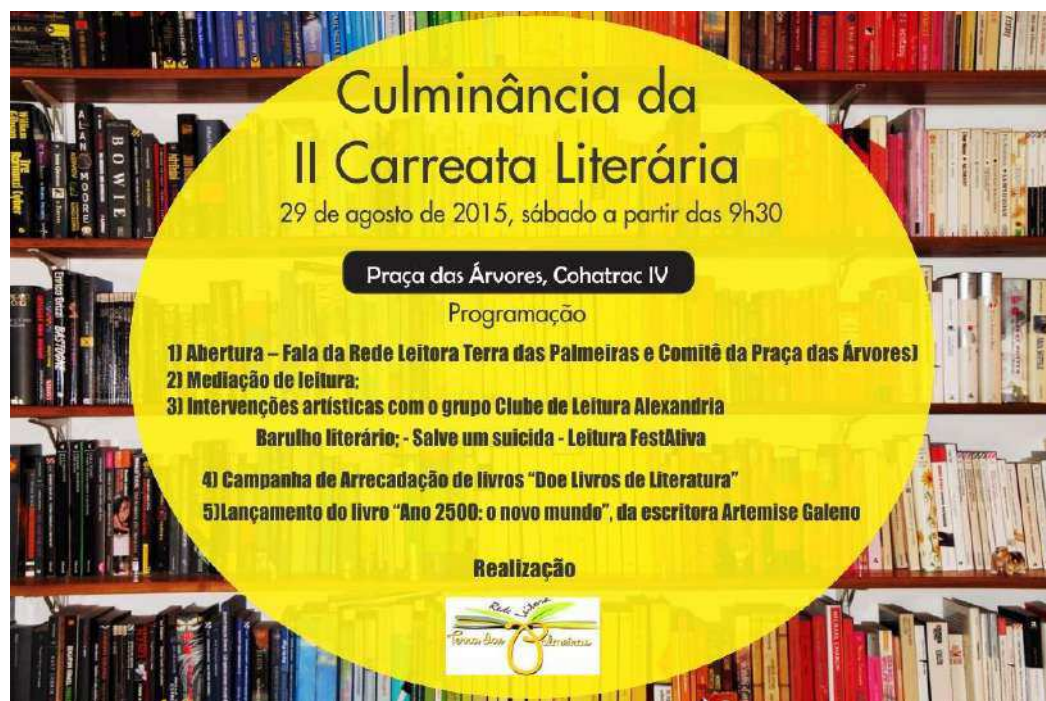
Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2022).

ANEXO N – CARD – Noite caipira com cordelistas



Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2022).

ANEXO O – CARD – II Carreata literária organizado pelo Comitê da Praça das Árvores e realizado pela Rede Literária Terra das Palmeiras



Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2015).

ANEXO P – CARD – Mobilização para a criação do comitê ou brigada na praça

A praça localizada no bairro Cohatrac IV, em frente ao Colégio Solução Maranhense, é um espaço privilegiado sob vários aspectos: bem arborizada, possui dimensões apropriadas para o exercício da caminhada, aparelhos de academia ao ar livre, além de excelente localização, dentre outras qualidades. Sua manutenção, no entanto, precisa da parceria entre a prefeitura e os beneficiários da praça. Para tanto, gostaríamos de apresentar uma proposta que visa equacionar a necessidade apontada acima. Trata-se da criação de um comitê ou brigada, constituído (as) de pessoas voluntárias que buscarão gerir o dia a dia da praça, dialogando com seus beneficiários e o poder público municipal. Estamos marcando uma conversa inicial para apresentar a ideia e receber as contribuições, a fim de que a proposta contemple os mais variados pontos de vista.



A reunião será dia 07 de julho, às 19h. Na própria praça

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2015).

ANEXO Q – *CARD* – Concurso de fotografia para ilustrar os produtos (calendário, camisas e canecas)



CONCURSO DE FOTOGRAFIA
"A PRAÇA DAS ÁRVORES PELA LENTE DA ARTE"

 **20/out**
Das 8h às 12h

- Público alvo: fotógrafos amadores.
- Regulamento disponível na página facebook.com/novapracacohatrac04

Premiação:
R\$ 200,00

Apoio:
Malharia SLZ
Gráfica Real

Realização:
 **Comitê da Praça das Árvores, Cohatrac IV**
Comunidade protagonizando!

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2018).

ANEXO R – Mosaico com os produtos: calendário, camisas e caneca com fotos da Praça das Árvores

Praça das Árvores Cohatrac IV
Usufruto sustentável 2017

Feira Artesanato na Praça - Maio 2016
Almoo comunitário na praça - Junho 2016
Limpeza comunitária - Outubro 2016
Exposição da Exposição Coleção - Novembro 2016

CAMISA PRAÇA DAS ÁRVORES

Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

FASHION
98152-5487
Rua 1, Quadra 2, 3º 11 Cohatrac IV

Aconta
Rua 1, Quadra 2, 3º 11 Cohatrac IV
(041) 317-4100 / 317-4101

FALA COMUNITÁRIA
Rua 1, Quadra 2, 3º 11 Cohatrac IV
(041) 317-4100 / 317-4101

Comitê da Praça das Árvores, Cohatrac IV
comitepraca04@gmail.com

ilha
Rua 1, Quadra 2, 3º 11 Cohatrac IV

MOTOTAXI PRAÇA DAS ÁRVORES
555 9 5508 Cohatrac IV

BACABAL
Rua 1, Quadra 2, 3º 11 Cohatrac IV
(041) 317-4100 / 317-4101

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2016-2018).

ANEXO S – Ofício enviado à prefeitura de São Luís conclamando diálogo sobre as intervenções feitas na Praça das Árvores como estratégia de reivindicação da participação popular no planejamento da cidade



COMITÊ DA PRAÇA DAS ÁRVORES

Rua 01, Cohatrac IV, São Luís - MA
Fundada em 14 de julho de 2014
E-mail: comitepracadasarvores@gmail.com

São Luís, 13 de julho de 2020.

Ofício 09072020/2020

Ao
Instituto Municipal de Paisagem Urbana - IMPUR
Att. do Sr. Fábio Henrique Carvalho, presidente

Tendo em vista que a Praça das Árvores, localizada no bairro do Cohatrac IV, encontra-se cercada por tapumes que indicam uma intervenção por parte da Prefeitura de São Luís, solicitamos uma reunião com este instituto a fim de que o Comitê Gestor da referida praça tome conhecimento dos aspectos da infraestrutura e paisagismo planejados para aquele espaço público.

Como é do vosso conhecimento, a Praça das Árvores vem sendo representada, desde julho de 2014, pelo referido comitê que ao longo deste tempo firmou parceria com o IMPUR, conforme termo assinado em 23 de maio de 2015. Diante disso, causou-nos surpresa o cercamento da praça sem um diálogo prévio, para que fossem levantados os itens de reparo ou de reforma com a apreciação da comunidade.

Por fim, aguardamos a indicação de dia e horário para a reunião solicitada.

Atenciosamente,



Maria Martins de Jesus Silva
Coordenadora do Comitê da Praça das Árvores
Contato: 99604 2131
E-mail: comitepracadasarvores@gmail.com

Recebido em:
15/07/20



Mayara Lima Nunes Gomes
Chefe de Gabinete
Mat. 522020-1

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2020).

ANEXO T – CARD – Atividade anual de arte, cultura, ecologia, educação, trabalho, cidadania e economia na Praça das Árvores



Empório Social

Exposição de trabalhos das entidades do Complexo Cohab Cohatrac e convidados

14 de dezembro na Praça das Árvores
Das 8h à 12h

→ **Arte/Educação**
Biblioteca Comunitária Monteiro Lobato
Biblioteca Comunitária Arthur Azevedo

→ **Ecologia**
Jardinagem Pedagógica
Fórum da APA do Itapiracó (FAI)
ONG Libertas

→ **Cultura e Identidade**
Geane Lima (Escritora)
Nélson Melo (Escritor)
Iramir Araújo (Escritor)
Emílio Azevedo (Escritor)
Dá Preta Afroperspectiva

→ **Trabalho e cidadania**
DJOMA
Projeto O Fascinante Mundo Sem Drogas
Secretaria Estadual da Mulher
Artesanato na Praça

+ Feijoada Beneficente Em prol da Praça das Árvores
A partir das 12h



R\$ 10,00

Realização:  **Comitê da Praça das Árvores, Cohatrac IV**
Comunidade protagonizando!



Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2019).

ANEXO U – *CARD* – Convite para a criação do comitê da Praça do Bosque no Planalto Anil II



Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2015).

ANEXO V – *CARD* – Convite para a criação do Comitê da Praça 35 na COHAB Anil III



Convite

Convidamos a comunidade para uma reunião onde será pautada a criação de um comitê gestor para a **Praça 35, Cohab Anil III**, que terá atribuição de levantar as necessidades, gerir o dia-a-dia da praça e dialogar com seus beneficiários e o Poder Público Municipal.

Dia/hora: 19 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 19h30

Local: Na própria praça, em frente a Rádio Comunitária Ilha do amor FM

Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2015).

ANEXO W – Postagem sobre o FAI da APA do Itapiracó: coparticipação do Comitê da Praça das Árvores



Fonte: Arquivo do Comitê da Praça das Árvores (2022).